ASSEMBLEIA MUNICIPAL

GONDOMAR
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Aprovada por unanimidade, em sessão da A.M.; realizada no dia 16-06-2026

ATA N.º 5

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR
REALIZADA EM 29-04-2026

-------- Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Gondomar, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Gondomar. ----------

-------- A Mesa foi constituída como segue: ----------

-------- Presidente: Manuel António da Silva Pereira; ----------

-------- 1.ª Secretária: Carla Isabel Pinto Ferreira; ----------

-------- 2.º Secretário: Fernando Alício Barreira Morais. ----------

-------- Verificou-se a presença dos(as) Senhores(as) Deputados(as): Leonardo Soares Lopes, em substituição de Ana Filipa Gomes de Almeida, Arménio Lino Martins, Artur Fernando Torres Vieira de Sousa, Bárbara Faria Ferreira de Oliveira Carqueja, Bernardo de Oliveira Cruz Júlio, Bruno Filipe Carvalho Soares, Carlos Eduardo Aranha e Costa, Paulo Jorge Rodrigues de Azevedo Alves, em substituição de David Manuel da Rocha Santos, Fernando Cerqueira, Fernando Fernandes Duarte, Fernando Miguel dos Santos Azevedo, Joana Daniela Baldaia de Resende, João Pedro Serra Soares Forte, Jorge Manuel Pina Pacheco, Lúcia Isabel Rocha dos Santos, Isabel Margarida Marques Nogueira em substituição de Maria de Fátima Almeida Pinto, Maria Rosa de Sousa Oliveira, Maribel Santos Fernandes, Paulo Alexandre Pinheiro Nunes da Silva, Paulo Amado Pinheiro Viana de Almeida, Paulo Diogo Monteiro Tavares, Pedro Miguel dos Santos Sousa, Pedro Ricardo Madureira Limões, Rosária Palmira Ramos de Sousa, Rui Manuel Simões Oliveira, Sara Joana Pimenta Monteiro, Tânia Maria Alves Cabral, Tiago da Rocha Lages, Valentina Sanchéz e Silva e Vasco Filipe de Carvalho Santa Rita. ----------

-------- Por inerência estiveram presentes os(as) Senhores(as) Presidentes de Junta de Freguesia: António José Ribeiro Bráz - Presidente Junta de Freguesia de Gondomar (S. Cosme), Valbom e

Jovim, Cláudia Patrícia dos Santos Nogueira - Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto, Francisca Gomes de Castro - Presidente da Junta de Freguesia de Foz do Sousa e Covelo, Francisco Alves Laranjeira - Presidente da Junta de Freguesia de Baguim do Monte, José Mário da Rocha Faísca - Presidente da Junta de Freguesia da Lomba, Manuel José Santos Paiva - Presidente da Junta de Freguesia de Melres e Medas e Joaquim Jorge Sousa Castro, em representação de Rosalina Sofia Neves Martins Prada - Presidente da Junta de Freguesia de Fânzeres e São Pedro da Cova. ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

GONDOMAR
MUNICÍPIO DE GONDOMAR

ORDEM DE TRABALHOS PARA A SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR, A REALIZAR NO DIA 29 DE ABRIL DE 2026 (4ª FEIRA), PELAS 21H30M, NO SALÃO NOBRE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR

A - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 - Criação da Comissão de revisão do Regimento da Assembleia Municipal;

2 - Discussão e votação da ata da sessão anterior (27-02-2026).

3 - Propostas da Câmara Municipal sobre:

3.1 - Relatório de gestão e documentos de prestação de contas de 2025;

3.2 - STCP Serviços - Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda. – Contrato de sociedade – Alteração aos estatutos;

3.3 - Aprovação da composição do júri do procedimento concursal para titular de cargo de direção superior de 1.º Grau – Diretor Municipal da Presidência;

3.4 - Aprovação da composição do júri do procedimento concursal para titular de cargo de direção intermédia de 1.º Grau – Diretor de Departamento de Urbanismo;

3.5 - Conselho Municipal de Saúde de Gondomar – Alteração ao Regimento.

4 - Designação do(s) representante(s) das freguesias do Concelho para integrar na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

5 - Informação do Presidente da Câmara – Alíneas b) e c), do n.º 2, do artigo 25.º, conjugado com o n.º 4, do artigo 35.º, do Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (dezembro de 2025 e janeiro a março de 2016) – Para conhecimento.

-------- Estando presentes os(as) Senhores(as): **Leonardo Soares Lopes** e **Isabel Margarida Marques Nogueira**, em substituição das Senhoras Deputadas Ana Filipa Gomes de Almeida e Maria de Fátima Almeida Pinto, respetivamente, foi verificada a sua identidade e legitimidade, conforme termos devidamente assinados e arquivados com a ata de instalação do órgão. --------

-------- **A - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** ----------

-------- Nos termos dos números 1 e 6, do artigo 49.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do número 1, do artigo 26.º, do Regimento da Assembleia Municipal, na sua redação atual, foi aberto o período de intervenção do público, tendo-se verificado a intervenção do Senhor: ---------

-------- **SILVINO FIGUEIREDO** – Residente na Freguesia de Fânzeres e S. Pedro da Cova, leu documento sobre a remoção do nome "D. Miguel", da toponímia de Gondomar. ----------

-------- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Esta é uma questão que conheço já há vários anos e julgo que nesta sala conhecemos o empenho do Senhor Silvino Figueiredo nesta situação, que é pertinente e eu também prefiro D. Pedro a D. Miguel, isso não está em causa. Neste momento há aqui uma questão que é do interesse do cidadão que tem a ver com as consequências de alterarmos a toponímia, compreendo o que o Senhor Silvino nos traz e aceito a pertinência do assunto, que merecerá alguma reflexão, que irá ser partilhada com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, mas devo dar nota que temos muitos arruamentos com o nome D. Miguel. Cada vez que alteramos o nome de uma rua, causamos transtornos sérios a todos os residentes nesse arruamento, é um assunto que vai merecer a nossa reflexão, que irei partilhar com os Senhores Presidentes de Junta e com eles propor uma resposta à sua dúvida e na atuação no que esse assunto diz respeito. Também devo dar nota que é nossa intenção criar aqui uma comissão relacionada com a toponímica, que possa depois dar mais atenção às designações dos nossos arruamentos. A história foi o que foi e neste momento a minha preocupação é não causar transtorno aos Gondomarenses. ----------

-------- **B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** ----------

-------- Pelos Grupos/Deputados Municipais foram entregues à Mesa os seguintes documentos para o Período de Antes da Ordem do Dia, que adiante seguem: ----------

-------- Documento n.º **1 – Recomendação** – "Pela celeridade e transparência com as coletividades desportivas", apresentada pelo Grupo Municipal da **IL**;----------

-------- Documento n.º **2 - Recomendação – "**Pela criação de um Gabinete Municipal de Apoio ao Associativismo", apresentada pelo Grupo Municipal da **IL**; ----------

-------- Documento n.º **3 - Recomendação** - "Transparência e rigor na atribuição de apoios ao associativismo no Município de Gondomar", apresentada pelo Grupo Municipal da **IL**; ----------

-------- Documento n.º **4 – Proposta de Recomendação** - "Pela defesa do serviço ferroviário urbano e pela transparência no processo de subconcessão das linhas da CP", apresentada pela Deputada Municipal do **L**; ----------

-------- Documento n.º **5 – Proposta de Recomendação** - "Estádio do São Pedro da Cova", apresentada pelo Grupo Municipal da **CDU**; ----------

-------- Documento n.º **6 – Proposta de Recomendação** - "Serviços de água e saneamento do Município", apresentada pelo Grupo Municipal da **CDU**; ----------

-------- Documento n.º **7 – Moção** - "Planeamento Estratégico da Rede Viária e Mobilidade Urbana de Gondomar", apresentada pelo Grupo Municipal do **PSD**; ----------

-------- Documento n.º **8 – Moção** - "Estratégia Intermunicipal de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais", apresentada pelo Grupo Municipal do **PSD**; ----------

-------- Documento n.º **9 – Proposta de Recomendação** - "Pela reposição urgente da iluminação pública na Rua do Carvalhinho, São Cosme", apresentada pelo Grupo Municipal do **CH;** ----------

-------- Documento n.º **10 – Recomendação** - "Melhoria das condições das paragens de transporte público no Município", apresentada pelo Grupo Municipal do **CH;** ----------

-------- Documento n.º **11 – Moção/Recomendação** – "Estado Degradado da Rede Viária Municipal e Necessidade Urgente de Intervenção", apresentada pelo Grupo Municipal do **CH;** ---

Rejeitada, em sessão da A.M., realizada no dia 29-04-2026

Recomendação – Pela celeridade e transparência com as coletividades desportivas

Exposição de motivos:

Numa altura em que, na generalidade das modalidades, a época desportiva 2025/26 está a terminar, é tempo de os clubes e associações desportivas do nosso concelho iniciarem as preparações para uma nova e exigente época, na qual é desejo de todos os gondomarenses que obtenham os maiores sucessos.

Para tal organização é necessária uma grande logística, na qual é necessária uma acção concreta da Câmara Municipal no apoio a estas coletividades, que se verifica nas mais variadas formas: disponibilização de espaços para treinos e compromissos oficiais, meios financeiros ou materiais, entre outros.

Ora, se todos queremos que estas organizações tragam bons resultados e coloquem bem alto o nome de Gondomar no paradigma desportivo regional, nacional e internacional, é obrigação do Município, sob a forma do Executivo camarário, ser célere na disponibilização destes apoios, bem como transparente para com as coletividades e com os gondomarenses nesse tópico.

A Iniciativa Liberal acredita que só com uma melhor e transparente gestão dos ativos do concelho, premiando o mérito e a força de vontade de quem, não raras vezes em regime de voluntariado, proporciona condições para a prática desportiva de milhares de pessoas, em boa parte crianças e jovens, e ambiciona formar, além de bons atletas, seres humanos íntegros e com valores, é que podemos fazer evoluir Gondomar em todos os níveis.

Assim, a Assembleia Municipal de Gondomar, reunida em Sessão Ordinária, delibera recomendar ao Executivo que:

- **Apresente, de forma célere, aos clubes e associações desportivas um mapa de disponibilidade das infraestruturas desportivas do Município, de modo que as mesmas possam preparar a próxima época desportiva com maior segurança;**
- **Inicie um trabalho de definição e divulgação pública de critérios para a atribuição de apoios às coletividades desportivas do nosso concelho;**
- **Tenha estes pontos na elaboração da futura Carta Municipal do Desporto.**

O Grupo Municipal da Iniciativa Liberal na

Assembleia Municipal de Gondomar,

Carlos Eduardo Costa

Bárbara Carqueja

Aprovada por maioria, em sessão da A.M. realizada no dia 29-04-2026

Recomendação – Pela criação de um Gabinete Municipal de Apoio ao Associativismo

Exposição de motivos:

O movimento associativo desempenha um papel central na vida das comunidades locais, assumindo frequentemente funções de enorme relevância social, cultural, desportiva e cívica. Em muitas situações, são as associações, coletividades e clubes que asseguram respostas de proximidade, promovem inclusão, dinamizam o território e mantêm viva a identidade comunitária, muitas vezes em contextos de escassez de meios e excessiva burocracia.

No concelho de Gondomar, este movimento é vasto, diversificado e profundamente enraizado nas freguesias, sendo composto por instituições que diariamente prestam um serviço de elevado valor à população. Contudo, muitas destas entidades enfrentam dificuldades no acesso à informação, no esclarecimento de procedimentos administrativos, na preparação de candidaturas a projetos e financiamentos, bem como na articulação com os serviços municipais para efeitos de apoio logístico, técnico ou financeiro.

Acresce ainda a inexistência de um mecanismo central e acessível de articulação e divulgação da atividade associativa, o que limita a coordenação entre entidades, reduz a visibilidade do trabalho desenvolvido e dificulta o acesso do público à programação associativa existente no concelho. Do mesmo modo, importa garantir maior transparência e acessibilidade na informação relativa ao património e aos equipamentos municipais que possam ser colocados ao serviço das associações, permitindo uma utilização mais racional, útil e aberta dos recursos existentes.

A criação de um gabinete municipal que preste apoio ao associativismo surge, portanto, como uma medida concreta de valorização do trabalho das associações de Gondomar, contribuindo para reduzir obstáculos burocráticos, melhorar a articulação institucional, dar maior uso aos recursos municipais disponíveis e reforçar a capacidade de resposta de entidades que já hoje desempenham um papel insubstituível junto da comunidade, em muitos casos substituindo-se ao Estado.

Assim, a Assembleia Municipal de Gondomar, reunida em Sessão Ordinária, delibera recomendar ao Executivo:

- **A criação de um Gabinete Municipal de Apoio ao Associativismo, que contemple as seguintes funções:**
    a. **Prestar esclarecimento técnico e administrativo às associações, coletividades e clubes do concelho relativamente a procedimentos municipais, licenciamentos, regulamentos, utilização de espaços e demais matérias relevantes para o desenvolvimento da sua atividade;**
    b. **Apoiar as associações na identificação de oportunidades de financiamento e na preparação de candidaturas a projetos municipais, nacionais ou europeus, reforçando a sua capacidade de iniciativa e sustentabilidade;**
    c. **Centralizar e organizar os pedidos de apoio financeiro, logístico e material dirigidos ao município, promovendo maior clareza, previsibilidade e transparência na relação entre a autarquia e o movimento associativo;**
    d. **Disponibilizar informação acessível e atualizada sobre apoios existentes, prazos, critérios de candidatura e procedimentos aplicáveis;**
    e. **Criar e gerir um Calendário Associativo Municipal, acessível às associações do concelho para registo das suas atividades e igualmente disponível para consulta pública, permitindo uma melhor articulação de eventos, evitando sobreposições desnecessárias e reforçando a divulgação da atividade associativa junto da comunidade;**
    f. **Proceder ao levantamento, organização e divulgação do património, equipamentos, espaços e recursos municipais disponíveis para utilização pelas associações, assegurando informação clara sobre condições de acesso, regras de utilização, disponibilidade e critérios de cedência;**
    g. **Promover uma relação de maior proximidade e cooperação entre o município, as freguesias e o tecido associativo local, reconhecendo nas associações parceiros essenciais da coesão social e da vitalidade comunitária do concelho.**

O Grupo Municipal da Iniciativa Liberal na

Assembleia Municipal de Gondomar,

Carlos Eduardo Costa

Bárbara Carqueja

Aprovada por maioria, em sessão da A.M., realizada no dia 29-04-2026

Recomendação – Transparência e rigor na atribuição de apoios ao associativismo no Município de Gondomar

Exposição de motivos:

Em Gondomar, as associações fazem um trabalho que se sente no terreno: mantêm atividades desportivas, criam cultura, apoiam famílias, mobilizam jovens, cuidam de tradições e inventam futuro onde muitas vezes só existe falta de meios. É um trabalho que não aparece nos relatórios com a pompa que merece, mas aparece no dia-a-dia de quem vive cá. Por isso, quando o poder local decide apoiar o associativismo, não está a "fazer um favor": está a reforçar aquilo que mantém o concelho vivo, coeso e mais justo.

Precisamente por ser tão relevante, o apoio público tem de ser compreensível, previsível e acessível. Isto é, não pode depender de interpretações, de hábitos antigos, nem de "saber como se faz". Um sistema que não é claro não é neutro: favorece quem tem mais tempo, mais contactos, mais experiência burocrática, prejudicando, por outro lado, quem está ocupado a fazer o trabalho real, muitas vezes em regime de voluntariado, com recursos mínimos e prazos apertados.

A realidade é que várias associações continuam a sentir dificuldade em perceber como são atribuídos os apoios, que critérios são aplicados, que documentos são necessários e quais são os passos e prazos do processo. Essa incerteza gera frustração, consome energia e cria desigualdade no acesso a instrumentos que deviam ser, por definição, plurais e justos.

Transparência e rigor não são um detalhe administrativo: são a base da confiança entre instituições e comunidade, e são também uma forma de proteger o próprio Município, garantindo decisões consistentes, auditáveis e defensáveis.

É por isso que esta recomendação assenta numa ideia simples: regras claras, critérios públicos e procedimentos fáceis para que qualquer associação, grande ou pequena, saiba exatamente o que é preciso fazer, quando o deve fazer, e como será avaliada.

Menos ruído, mais justiça. Menos "depende", mais previsibilidade.

Porque regras claras não complicam: protegem. Protegem as associações, o erário público e, acima de tudo, a confiança nas instituições. O associativismo em Gondomar não pode depender de "saber a quem ligar"; deve depender de critérios transparentes e de um processo simples, previsível e justo.

Assim, a Assembleia Municipal de Gondomar, reunida em Sessão Ordinária, delibera recomendar ao Executivo que:

- **Desenvolva um plano de critérios claros, transparentes e de acesso público para a atribuição de apoios ao associativismo, que abarque critérios plurais e proporcionais, acomodando realidades diferentes – cultura, desporto, juventude, social, recreativo, ambiente, etc. –, sem criar barreiras artificiais às associações mais pequenas;**
- **Defina um calendário previsível para as candidaturas aos diferentes apoios, para as decisões e, acima de tudo, para a execução de tais apoios;**
- **Simplifique o acesso a estas candidaturas, nomeadamente por via da elaboração de um guia rápido e de um formulário único de candidatura, em formato digital;**
- **Garanta total transparência na divulgação dos apoios atribuídos.**

O Grupo Municipal da Iniciativa Liberal na

Assembleia Municipal de Gondomar,

Carlos Eduardo Costa

Bárbara Carqueja

Aprovada por maioria, em sessão da A.M., realizada no dia 29-04-2026

Autarcas LIVRE

Assembleia Municipal de Gondomar

Proposta de Recomendação - pela defesa do serviço ferroviário urbano e pela transparência no processo de subconcessão das linhas da CP

A Assembleia Municipal de Gondomar vem pronunciar-se sobre a intenção do Governo de avançar com a subconcessão de serviços ferroviários urbanos, incluindo as linhas que servem a Área Metropolitana do Porto.

A 22 de janeiro de 2026, o Governo anunciou o estudo de subconcessão de várias linhas suburbanas, com decisão prevista ainda no primeiro semestre do ano. Trata-se de um processo com impacto direto na mobilidade de milhares de pessoas, incluindo muitos munícipes de Gondomar que utilizam diariamente o serviço ferroviário.

O transporte ferroviário urbano é uma infraestrutura essencial para o funcionamento da Área Metropolitana do Porto, assegurando ligações regulares entre zonas residenciais e os principais polos de emprego, ensino e serviços.

Apesar da relevância desta decisão, não temos informação pública suficiente sobre o modelo concreto de subconcessão a adotar, o impacto esperado nas tarifas e na integração com o sistema Andante, as alterações previstas ao nível da frequência e qualidade do serviço, e as garantias relativas à manutenção das condições de trabalho dos profissionais envolvidos.

Por outro lado, os problemas que os utilizadores identificam no território são concretos: estações que precisam de manutenção, ligações que continuam por concretizar, e falhas de integração que dificultam deslocações que deveriam ser simples. No nosso concelho, destacam-se as condições da estação de Rio Tinto e a ausência de ligação à Linha de Leixões, que melhoraria significativamente o acesso a zonas estratégicas da restante região metropolitana. A discussão sobre o modelo de gestão do serviço não pode ser desligada da necessidade de investimento, melhoria e reforço da rede existente.

Assim, a Assembleia Municipal de Gondomar entende ser fundamental que o Executivo Municipal esclareça:

- Que informação foi já transmitida ao Município sobre este processo
- Que posição pretende o Município assumir perante o Governo
- Que contactos foram ou serão estabelecidos com a Área Metropolitana do Porto

Autarcas LIVRE

Assembleia Municipal de Gondomar

- Que medidas estão previstas para melhorar o serviço ferroviário no concelho, nomeadamente na estação de Rio Tinto e na articulação com outras linhas

E recomenda à Câmara Municipal de Gondomar que:

1. Tome uma posição pública sobre o processo de subconcessão das linhas ferroviárias urbanas, defendendo a salvaguarda do interesse público, da acessibilidade económica e da qualidade do serviço prestado às populações
2. Solicite ao Governo e às entidades competentes informação detalhada sobre o processo em curso, nomeadamente quanto ao modelo previsto, impactos tarifários, garantias de integração no sistema Andante e consequências para a operação do serviço na Área Metropolitana do Porto
3. Promova, no âmbito da Área Metropolitana do Porto, a discussão deste tema com os restantes municípios, visando uma posição articulada que defenda os interesses das populações da região
4. Reforce, junto das entidades competentes, a necessidade de melhoria das condições da estação de Rio Tinto e de avaliação de soluções que permitam uma melhor integração da rede ferroviária com a Linha de Leixões
5. Acompanhe de forma ativa a evolução deste processo, garantindo que qualquer alteração ao modelo de operação salvaguarda o direito à mobilidade, a coesão territorial e a qualidade do serviço público

Gondomar, 24 de abril de 2026.

A Deputada da Assembleia Municipal do LIVRE

Ana Gomes de Almeida

Aprovada por maioria, em sessão de 29-04-2026

CDU
PCP-PEV

Coligação Democrática Unitária
Assembleia Municipal de Gondomar

Proposta de Recomendação

A prática desportiva, associada a uma forte componente de participação popular, tem uma longa e bonita história nesta terra.

Quando o São Pedro jogava não era apenas de futebol que se tratava. Era todo um ambiente e uma mística local que se abatia sobre a antiga Vila mineira.

Aos fins de semana a população mobilizava-se para apoiar os atletas da terra, das camadas mais jovens às velhas guardas, sendo o domingo à tarde o ponto alto do grande encontro da população de São Pedro da Cova no apoio à equipa principal de futebol da associação desportiva. Nos jogos fora, a equipa anfitriã sabia que, quando recebia o São Pedro, tinha casa cheia. Ainda hoje, em particular no norte do país, muitos se lembram do clube da nossa terra.

Com a transferência do antigo campo de futebol de Vila Verde para o estádio do Laranjal levantaram-se novos desafios locais. Por um lado, o contexto mais geral de novas distrações do mundo contemporâneo, pelo outro, o enfraquecimento do tecido empresarial local com inevitáveis consequências no financiamento da Associação.

As razões que levaram ao fim da Associação Desportiva de São Pedro da Cova e de outras soluções de enquadramento da prática desportiva do futebol são diversas e comportam responsabilidades partilhadas, o que não nos inibe de continuar a considerar que o município, quando teve essa oportunidade, poderia ter evitado a alienação do estádio, exercendo o direito de preferência e salvaguardando um importante equipamento desportivo ao serviço da freguesia e do concelho.

Independentemente de uma análise ao processo e de soluções que só dependem dos sócios e da população local, a situação em que se encontra o antigo estágio do São Pedro da Cova precisa urgentemente de uma solução.

Não havendo soluções simples para problemas complexos, não é admissível que continuemos a assistir ao abandono e degradação daquele equipamento desportivo ao mesmo tempo que centenas de crianças dessa freguesia têm de ir à procura de outros clubes nas freguesias vizinhas para que o seu direito à prática desportiva seja uma realidade.

No sentido deste órgão deliberativo também contribuir para uma solução, os eleitos da CDU propõem que esta Assembleia Municipal delibere:

Propor à Câmara Municipal que adote um conjunto de medidas para que o Estádio do São Pedro da Cova seja adquirido pelo município, transformando aquele complexo num equipamento desportivo municipal, destinado ao futebol, aberto à possibilidade de outras modalidades desportivas e de estruturas de apoio local.

Gondomar, Assembleia Municipal, em 29 de abril de 2026

A CDU,

CDU-Gondomar | Rua Serafim Rosas 257, 4420-329 Gondomar | T: 224832031 |
| gondomar.cdu@gmail.com | http://www.facebook.com/cdugondomar |

Rejeitada, em sessão 2026-04-29
da A.M., realizada no
dia 29-04-2026

CDU
PCP-PEV

Coligação Democrática Unitária
Assembleia Municipal de Gondomar

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

A Câmara Municipal de Gondomar entregou, no tempo da gestão de Valentim Loureiro, a distribuição da Água e Saneamento à empresa privada, "Águas de Gondomar" através de um contrato de concessão que veio a revelar-se altamente penalizador para os gondomarenses.

Com esta concessão, os consumidores em Gondomar são dos que pagam mais por estes serviços que, em muitos Concelhos do país, continuam a ser serviços municipais e que, em alguns onde foram concessionados, foi já feita ou está a ser estudada a reversão dos mesmos para a esfera pública.

Esta matéria que tem um enorme impacto na vida e nas despesas dos agregados gondomarenses não pode ser desvalorizada com argumentos que constantemente ouvimos do tipo: "Isto já era assim quando cá chegamos" ou "a culpa é dos Executivos anteriores".

Há anos que, em Gondomar, o preço das taxas da água e do saneamento tem sido contestado pelas populações que em muitas ações públicas se tem manifestado contra a concessão destes serviços, sendo muitas as vozes de proeminentes gondomarenses que se juntam a esta contestação, apelando ao fim do contrato de concessão.

Os vários executivos da Câmara de Gondomar desde então, foram fazendo ouvidos de mercador a estas vozes, sendo que o Executivo que agora governa a Autarquia, nomeadamente o seu Presidente, na Campanha Eleitoral, mostrou abertura para estudar a situação no sentido de facilitar o regresso deste serviço à esfera pública.

Esta Assembleia Municipal não pode excluir-se deste processo, devendo, pelo contrário, trabalhar com o Órgão Executivo da Autarquia para encontrar as formas de resolução que correspondam ao direito dos gondomarenses de usufruírem de serviços públicos de qualidade a preços justos e isentos da especulação dos privados, cujo único objectivo é o lucro fácil conseguido com serviços de má qualidade sem respeito pelos consumidores e até pelos seus trabalhadores que vivem, muitos deles, em situação de grande precariedade laboral.

Assim, assumindo-se como prioridade a defesa das populações e dos serviços essenciais, e tendo em conta que está próxima a data do fim do Contrato de Concessão em vigor, a CDU apresenta a seguinte

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO:

1. À Câmara Municipal para que promova, desde já, a possibilidade de reversão dos serviços de água e saneamento para a esfera do município, iniciando um processo de estudo de viabilidade aos vários níveis, nomeadamente, o jurídico, o técnico, o dos recursos humanos e o dos prazos, entre outros que se revelem necessários;

2. À Assembleia Municipal para que, ao abrigo do seu Regimento, constitua uma Comissão de Acompanhamento para colaborar com o Órgão Executivo no encontro de soluções para este assunto de primordial importância para os gondomarenses.

Gondomar, Assembleia Municipal, em 29 de abril de 2026

A CDU,

Aprovada por maioria, na sessão da A.M., realizada no dia 29-04-2026

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Gondomar,

Ao abrigo do disposto no **Artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal de Gondomar**, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD) vem apresentar a seguinte:

MOÇÃO: PLANEAMENTO ESTRATÉGICO DA REDE VIÁRIA E MOBILIDADE URBANA DE GONDOMAR

Considerando que:

1. A rede viária municipal é a coluna vertebral do desenvolvimento económico e social de Gondomar, sendo essencial para garantir a qualidade de vida dos munícipes e a competitividade das empresas locais;
2. O relatório especializado do executivo e o volume crescente de relatos da população em plataformas digitais e reclamações diretas junto da autarquia evidenciam constrangimentos significativos na circulação e conservação das vias;
3. A intervenção na rede viária exige um rigor técnico e uma competência executiva que impeçam intervenções avulsas, promovendo, em vez disso, obras planificadas e antecipadas que minimizem o impacto no quotidiano dos cidadãos;
4. Gondomar afirma-se hoje como uma cidade nova e moderna, estatuto que exige um pensamento urbanístico onde o acesso viário seja fluido e não comprometido por falta de visão estratégica;
5. Qualquer alteração estrutural no ordenamento das vias deve ser precedida de um estudo de impacto futuro, assegurando que o normal acesso ao município e às freguesias seja preservado.

A Assembleia Municipal de Gondomar, reunida em sessão ordinária, delibera instar a Câmara Municipal a:

- **Implementar um Plano Diretor de Intervenção Viária** que seja rigoroso e competente, garantindo que todas as obras de manutenção ou expansão sejam devidamente calendarizadas para evitar o isolamento de freguesias ou o bloqueio de artérias vitais;
- **Promover o envolvimento ativo das diversas entidades, organismos e da população** nos processos de planeamento, auscultando as juntas de freguesia, as associações comerciais e os moradores antes da execução de grandes intervenções;

- **Salvaguardar as artérias principais do município**, realizando estudos de impacto que considerem não apenas o fluxo de trânsito, mas também a sobrevivência do comércio local e a acessibilidade dos serviços de emergência;
- **Modernizar a gestão das reclamações viárias**, utilizando os dados provenientes das plataformas digitais e do atendimento municipal para priorizar as intervenções mais urgentes e críticas para a segurança rodoviária;
- **Repensar a mobilidade à escala de uma "Cidade Moderna"**, investindo em soluções de engenharia que permitam que o crescimento urbano de Gondomar não resulte num compromisso da fluidez e eficácia dos acessos.

Gondomar, 24 de abril de 2026.

Pelo Grupo Parlamentar do PSD

Aprovada por maioria, em sessão da A.M., realizada no dia 29-04-2026

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Gondomar,

Ao abrigo do disposto no Artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal de Gondomar, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD) vem apresentar a seguinte:

MOÇÃO: ESTRATÉGIA INTERMUNICIPAL DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS

Considerando que:

O concelho de Gondomar possui uma vasta mancha florestal, integrada em grande parte na Rede Natura 2000 e no Parque das Serras do Porto, o que constitui um património ambiental inestimável, mas também uma responsabilidade acrescida em termos de gestão de risco;

Os trágicos eventos ocorridos no corrente ano demonstraram que a severidade dos incêndios florestais ultrapassa as fronteiras administrativas, exigindo uma resposta que não pode ser apenas municipal, mas sim de escala territorial alargada;

A Lei n.º 75/2013 estabelece as competências das autarquias locais na promoção do desenvolvimento e na proteção civil, sendo urgente reforçar a antecipação aos períodos de maior perigo;

A eficácia da prevenção e da "demonização" (vigilância e dissuasão de comportamentos de risco) depende de um plano estruturado que envolva a limpeza de faixas de gestão de combustível e a sensibilização das populações;

A continuidade geográfica das Serras com os concelhos vizinhos de Paredes e Valongo torna imperativa a criação de mecanismos de cooperação técnica e operacional.

A Assembleia Municipal de Gondomar, reunida em sessão ordinária, delibera instar a Câmara Municipal a:

- Definir e implementar um Plano Municipal de Prevenção e Vigilância Ativa, reforçando os meios humanos e técnicos para a fiscalização de terrenos e dissuasão de atos negligentes ou dolosos;
- Propor a criação de uma Plataforma Intermunicipal de Gestão de Risco, envolvendo os municípios de Paredes e Valongo, destinada à partilha de dados em tempo real, planeamento conjunto de aceiros e gestão partilhada de recursos de combate;
- Calendarizar uma estratégia de mitigação pós-catástrofe, focada na recuperação de solos, reflorestação com espécies resilientes e proteção de linhas de água para minimizar os impactos das intempéries nos anos subsequentes aos incêndios;

- Reforçar o investimento no Gabinete Técnico Florestal, garantindo que o trabalho de prevenção decorre de forma contínua durante todo o ano civil.

Gondomar, 24 de abril de 2026.

Pelo Grupo Parlamentar do PSD

Retirada pelo proponente, considerando que a situação já se encontra resolvida, em sessão de 29-04-2026

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Gondomar,

António da Silva Pereira

Proposta de Recomendação

Pela reposição urgente da iluminação pública na Rua do Carvalhinho, São Cosme

Considerando que:

A segurança pública, a mobilidade pedonal e rodoviária e a qualidade de vida dos cidadãos dependem diretamente da manutenção eficaz dos serviços públicos essenciais, entre os quais se inclui a iluminação pública;

Considerando que, decorridos mais de dois meses após as intempéries ocorridas em janeiro, a Rua do Carvalhinho, em São Cosme, permanece sem iluminação pública desde o passado dia 27 de janeiro;

Considerando que esta situação obriga os moradores a recorrerem a lanternas para tarefas básicas de circulação na via pública, condicionando gravemente a sua mobilidade e autonomia;

Considerando que os cidadãos mais idosos são particularmente afetados, encontrando-se impedidos ou receosos de sair de casa durante o período noturno, por fundado receio quanto à sua segurança;

Considerando que a ausência de iluminação pública representa um risco acrescido para peões, condutores e animais, potenciando acidentes rodoviários e quedas;

Considerando que o problema foi reportado à E-Redes e ao Município de Gondomar, tendo sido identificados 28 postes afetados, sem que até à presente data tenha sido assegurada a reposição da normalidade;

Considerando que relatórios técnicos e diagnósticos não substituem a ação concreta quando está em causa um serviço público essencial;

O Grupo Municipal do CHEGA recomenda que a Câmara Municipal de Gondomar:

Exija formalmente à E-Redes esclarecimentos imediatos sobre os motivos do atraso na reposição da iluminação pública na Rua do Carvalhinho;

Estabeleça um prazo concreto e público para a reposição integral da iluminação na zona afetada;

Reforce a pressão institucional e operacional junto da entidade responsável

até à resolução definitiva do problema;

Informe os moradores da zona, com transparência, sobre o estado do processo e previsão de resolução;

Desenvolva mecanismos de acompanhamento mais eficazes para situações futuras que envolvam falhas prolongadas em serviços públicos essenciais.

Gondomar, não pode aceitar que os cidadãos permaneçam meses privados de condições básicas de segurança por inação administrativa ou incapacidade de resposta operacional.

A reposição da iluminação pública não é uma opção é uma obrigação básica de qualquer sistema funcional de gestão pública.

24/04/2026

Grupo Municipal do Partido CHEGA, na Assembleia Municipal de Gondomar.

Aprovada por maioria, em sessão da A.M., realizada no dia 29-04-2026

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Gondomar,

António da Silva Pereira

Recomendação

Melhoria das condições das paragens de transporte público no Município

O transporte público constitui um serviço essencial para a mobilidade diária da população. No Concelho de Gondomar, milhares de cidadãos dependem diariamente das carreiras rodoviárias para deslocações para o trabalho, a escola, os serviços e outras necessidades.

Apesar da relevância deste serviço, uma parte significativa das paragens existentes no Município continua sem condições básicas de abrigo e conforto para os utilizadores. De acordo com dados disponíveis, Gondomar possui cerca de 1300 paragens de autocarro, das quais aproximadamente 190 dispõem de cobertura, o que corresponde a cerca de 15% do total.

Esta realidade expõe os utentes às condições meteorológicas, reduzindo a qualidade do serviço e penalizando particularmente idosos, estudantes e trabalhadores que utilizam o transporte público de forma regular.

A distribuição aproximada das paragens com cobertura pelas Freguesias é a seguinte:

30 em Rio Tinto, **20** em Baguim do Monte, **20** em Fânzeres, **20** em São Pedro da Cova, **30** em São Cosme, **20** em Valbom, **10** em Jovim, **17** em Foz do Sousa, **7** em Covelo, **6** nas Medas, **11** em Melres e **5** na Lomba.

Tal como foi feito há cerca de 30 anos, a instalação das coberturas não acarretaria despesa para o Município, mas sim traria receita. Sendo uma medida benéfica tanto para a Autarquia e respectivos munícipes, como para a empresa responsável pela instalação.

Para além da ausência de cobertura em várias paragens, subsistem também problemas relacionados com a sua localização. Em alguns casos, as paragens encontram-se implantadas em locais que levantam preocupações de segurança, nomeadamente em bermas de estrada sem passeios, ou em zonas próximas de encostas e taludes, sem barreiras.

Face ao exposto, o Grupo Municipal do Partido CHEGA! propõe:

1. **A elaboração de um levantamento actualizado das paragens existentes, identificando aquelas que não dispõem de cobertura ou que apresentam condições deficientes de abrigo e segurança.**
2. **A definição, com as entidades competentes, de um plano progressivo de instalação de novas coberturas nas paragens onde tal seja tecnicamente possível.**
3. **A avaliação técnica da localização de determinadas paragens, com vista à sua eventual relocalização para pontos mais seguros.**
4. **A promoção de diálogo institucional com a UNIR e restantes entidades competentes, no sentido de discutir a adequação da frequência das carreiras às necessidades da população.**

A melhoria das condições das paragens de transporte público constitui uma medida concreta de valorização da mobilidade colectiva e de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos em Gondomar.

20/04/2026

Grupo Municipal do Partido CHEGA! na Assembleia Municipal de Gondomar

Aprovado por maioria, em sessão da A.M. realizado no dia 29-04-2026

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Gondomar,

António da Silva Pereira

Moção/Recomendação

Título : Estado Degradado da Rede Viária Municipal e Necessidade Urgente de Intervenção

Nos termos regimentais aplicáveis, venho por este meio apresentar uma Recomendação à Câmara Municipal de Gondomar relativamente ao estado profundamente degradado da rede viária no concelho.

É hoje inegável — e amplamente reconhecido pela população — que um número significativo de arruamentos municipais se encontra em condições absolutamente inaceitáveis, caracterizadas pela proliferação de buracos, abatimentos do pavimento, ausência de manutenção preventiva e intervenções pontuais claramente insuficientes.

Esta realidade não constitui apenas um incómodo. Trata-se de um problema sério de segurança pública, com impacto direto:

na integridade física de condutores, ciclistas e peões;

na degradação acelerada de veículos;

na qualidade de vida das populações;

e na imagem institucional do próprio município.

Acresce que a ausência de respostas eficazes por parte do executivo municipal, bem como a falta de um plano estruturado, calendarizado e transparente de requalificação da rede viária, tem gerado um crescente sentimento de abandono e descrédito junto dos munícipes.

É particularmente grave que, apesar das sucessivas denúncias públicas e reclamações formais, continuem a verificar-se situações onde:

os buracos permanecem durante meses sem qualquer intervenção;

as reparações efetuadas são superficiais e de curta duração;

não existe comunicação clara sobre prioridades, prazos ou critérios de intervenção.

Face ao exposto, o Grupo Municipal do Partido CHEGA! propõe, que a Câmara Municipal:

Proceda, com caráter de urgência, a um levantamento técnico exaustivo do estado de todas as vias municipais, identificando prioridades de intervenção com base em critérios objetivos de segurança e utilização;

Apresente publicamente um plano plurianual de requalificação da rede viária, com calendarização concreta, orçamento definido e metas mensuráveis;

Reforce significativamente os meios financeiros e operacionais afetos à manutenção de estradas, abandonando a lógica de remendos avulsos e adotando soluções estruturais e duradouras;

Implemente um sistema transparente de monitorização e reporte, acessível aos munícipes, que permita acompanhar o estado das intervenções e os prazos de execução;

Crie canais eficazes de resposta às reclamações dos cidadãos, com prazos definidos e responsabilização clara dos serviços competentes.

A situação atual não pode continuar a ser ignorada nem relativizada. A degradação das estradas no concelho de Gondomar é um problema estrutural que exige liderança política, planeamento sério e ação imediata.

A inação prolongada não só agrava os custos futuros de intervenção, como compromete a confiança dos cidadãos nas instituições locais.

Gondomar não pode continuar a circular sobre promessas — exige-se obra, responsabilidade e resultados.

Gondomar

29/04/2026

Grupo Municipal do Partido CHEGA! na Assembleia Municipal de Gondomar

-------- Intervieram os(as) Senhores(as) Deputados(as): ----------

-------- **PAULO SILVA (CDU)** – Primeiro vou começar por fazer uma alteração à nossa proposta de recomendação, sobre água e saneamento. Ponto um, íamos alterar para a seguinte redação: "À Câmara Municipal para que promova a possibilidade de reversão dos serviços de água e saneamento para a esfera do Município no final do atual contrato, iniciando desde já um processo de estudo de viabilidade aos vários níveis, nomeadamente jurídico, técnico, dos prazos, entre outros que se revelam necessários." Acho que houve um pequeno mau entendimento na primeira reformulação e resolvemos fazer esta alteração. Gostaria de dizer que vamos acompanhar favoravelmente todas as outras propostas e recomendações, sendo que gostaria de dizer algumas considerações e pedir algumas alterações a algumas propostas. Em relação à recomendação da IL, "Pela criação de um gabinete municipal", pelo que consegui apurar o Gabinete de apoio ao associativismo, já existe desde 2014, se já existe o que faria sentido era dinamizar esse próprio gabinete. Na proposta de recomendação do Livre, no ponto quatro, nós sugeríamos uma pequena alteração, que diz que "reforce, junto das entidades competentes a necessidade de melhoria das condições da estação de Rio Tinto" e criar condições para a construção de um apeadeiro da linha de Leixões na zona do Forno que serviria aproximadamente vinte mil pessoas, segundo estudos já realizados, essa era a nossa sugestão. Na moção nº 7, do PSD, onde diz "delibera instar a Câmara", no 3º ponto, onde diz "salvaguardar as artérias principais do Município", nós sugeríamos acrescentar, "começando por assegurar zonas de estacionamento públicas e gratuitas nas principais artérias comerciais". ----------

-------- **VASCO SANTA RITA (CH)** - A nossa proposta de recomendação ia incidir sobre aquela situação de vinte e oito postes de iluminação na Rua do Carvalhinho, em S. Cosme, onde as pessoas estavam a viver um momento de bastante insegurança. Tivemos o conhecimento que essa situação foi resolvida e que podemos parabenizar por terem resolvido essa situação, estamos aqui para trabalhar para os munícipes. Queria recomendar aqui à Assembleia Municipal, um tipo de sensibilidade diferente para com o Centro de Saúde de Rio Tinto, tem ares condicionados que não funcionam, temos as pessoas nos consultórios de ventoinhas, no inverno andam de aquecedores, é um local altamente frequentado e não prevemos nenhum motivo para que isso não aconteça. Podemos inclusivamente mencionar que a 19 de abril de 2024, houve um

ajuste direto no valor de 7 200 Euros para a manutenção dos ares condicionados. Os ares condicionados continuam sem funcionamento, as pessoas não têm qualidade e nós como município temos de garantir a qualidade aos nossos cidadãos. Em contraste, verifica-se a alocação de 9 917 mil euros para aquisição de equipamentos de climatização destinados ao solar da Bandeirinha. Não vamos dizer que a climatização da Junta é menos importante, mas estamos a falar de um Centro de Saúde, onde estão pessoas de idade, crianças e não haver climatização não faz qualquer sentido. Senhor Presidente, da minha parte, peço alguma celeridade na resolução deste problema. ----------

-------- **PEDRO LIMÕES (PS)** – Leu e entregou documento, sobre os 10 anos da Associação de Municípios Parque das Serras do Porto, que adiante segue. ----------

Passaram dez anos desde que em 18 de abril de 2016, via a luz dos dias a Associação de Municípios Parque das Serras do Porto, numa corajosa cooperação intermunicipal.

Gondomar, Paredes e Valongo numa visão comum: proteger 6.000 hectares de natureza na Área Metropolitana do Porto.

O que começou como um sonho transformou-se, em Paisagem Protegida Regional.

Uma década marcada pela recuperação de habitats, na salvaguarda do património geológico e na promoção da biodiversidade.

Foram já 500 os hectares intervencionados numa gestão florestal alavancada no conhecimento, na busca do restauro ecológico, a ganhar forma na plantação de mais de 110 mil árvores e arbustos autóctones, bem como a regeneração de ecossistemas e o controlo de invasoras.

Aliás, o território do parque revela já a transformação a acontecer com a plantação de árvores autóctones sem qualquer custo para os proprietários.

Aqui, apelo ao Sr. Presidente da Câmara, um reforço na divulgação junto dos proprietários no sentido de os mesmos aderirem em maior número ao processo de reflorestação e assim contribuírem para que seja cada vez maior a área a corresponder a uma paisagem protegida.

O grupo municipal do Partido Socialista insta o Município a um investimento maior na promoção e divulgação do parque de forma a que os nossos concidadãos sejam informados do esforço do Município na defesa e sustentabilidade desta importante paisagem protegida, bem como a uma maior identificação com um projecto que coloca o Município e os gondomarenses a par do melhor que se busca e faz nesse equilíbrio entre a sustentabilidade ambiental e da qualidade de vida.

A cooperação intermunicipal é um exemplo que pode e deve frutificar, a solidariedade que se faz nos apoios da U. E , na participação ativa de cidadãos, escolas e voluntários.

Dez anos depois, o futuro faz se em cada dia!

Pelo Grupo municipal do Partido Socialista

[illegible], Gondomar 30 de Abril de 2026

-------- **BERNARDO JÚLIO (CH)** – A primeira pergunta será para o Senhor Presidente do executivo, especificamente das associações de Gondomar. Se todas as associações são iguais, ou se há associações mais iguais do que outras, dando o caso por exemplo de associações que aparentemente não são tão beneficiadas pelo executivo, como é o caso do Atlético de Rio Tinto, onde não foi possível sequer disponibilizar tintas para as bancadas, ou então, como já foi prometido há cinco anos para o Grupo Desportivo de Covelo, ainda não foi cumprida a promessa da construção do muro e do respetivo relvado. Caros Gondomarenses, o Rei D. Miguel foi o último rei legítimo de Portugal, foi aclamado pelo povo, curiosamente no dia 25 de abril de 1828, era apoiado pela nobreza portuguesa, pelo clero e por muitos Gondomarenses, foi deposto por um Imperador estrangeiro, do Brasil, que nunca poderia ser D. Pedro IV, porque ele já era imperador do Brasil e a lei portuguesa não permite termos reis estrangeiros. O que D. Miguel representava era a liberdade. Com a liberdade nós seguimos os nossos destinos enquanto portuguese soberanos, livres de qualquer exército mercenário e dos grandes capitalistas que fizeram a nossa guerra civil. Viva D. Miguel. ----------

-------- **PEDRO SOARES (PSD)** – O nosso Grupo Municipal do PSD, irá acompanhar e votar a favor na generalidade das moções à exceção da proposta do Livre. Após a alteração do colega da CDU, iremos incorporar a nossa moção, naquilo que refere à integração de zonas de estacionamento públicas e gratuitas. ----------

-------- **BÁRBARA CARQUEJA (IL)** – Hoje apresentamos três moções relacionadas com o tecido associativo e desportivo do município de Gondomar, que se movem por uma causa maior e acaba por muitas vezes substituir verdadeiramente o estado na prestação do serviço público. Estamos ao dispor para qualquer esclarecimento por parte das diversas forças políticas. Sobre as restantes moções, dou nota de alguns aspetos em relação às moções da CDU. Quanto à moção da aquisição do estádio do São Pedro da Cova, estamos perante uma situação que exige ponderação e responsabilidade. Por um lado, o estádio está ao abandono e poderia servir várias coletividades, respondendo também ao desejo da população local de ver o futebol regressar à freguesia. Por outro, já existe o Estádio Municipal de Gondomar, em Valbom, o que levanta dúvidas sobre a necessidade e sustentabilidade de mais um equipamento deste tipo. Assim, qualquer decisão deve ser bem ponderada, com custos controlados e uma estratégia clara, para

evitar que o investimento se transforme num custo afundado. Relativamente à proposta sobre os serviços de água e saneamento, sabemos aquilo que a CDU pretende realmente com o ponto um. E só confirma com a alteração que fez no ponto 1 que não o retiraria. Dito isto, colocamos à consideração desta assembleia a possibilidade de votação por pontos. É que se por um lado não podemos acompanhar o ponto um devido às implicações que acarreta, por outro estamos disponíveis para viabilizar o ponto dois, que nos parece útil no acompanhamento e discussão deste tema. Gostaria de terminar com duas questões ao executivo. Chegou-nos a comunicação sobre a situação do Centro Escolar de Baguim do Monte que levanta questões sobre a atuação da autarquia. Estamos a falar de problemas reportados desde novembro, muitos deles até já identificados presencialmente pelo executivo. Meses depois, nada mudou. Falamos de riscos diretos para a segurança das crianças: muros degradados, vidros rachados, portas com sistemas comprometidos. Falamos de uma escola com mais de trezentos alunos onde há carência de assistentes operacionais ao ponto da própria coordenação da escola assegurar funções de portaria para colmatar falhas. Por isso, a pergunta é simples: O que é que a câmara está efetivamente a fazer para resolver esta situação e mais importante, quando? Por fim, foi recentemente atribuída a Gondomar a certificação como Estação Náutica, reconhecendo que, segundo a nota do Município, valoriza o rio Douro como um ativo estratégico para o turismo, desporto, natureza e cultura. Naturalmente, registamos essa distinção. Mas, chegados a esta fase do ano questionamos o plano concreto do executivo para a época balnear, em particular deste lado da margem do rio uma vez que a praia da Lomba é a única certificada. Ano após ano têm ocorrido tragédias que não podem ser ignoradas e por isso a pergunta é: Existe ou vai existir um plano específico que garanta condições de segurança adequadas à época balnear. ----------

-------- **RUI SIMÕES (CH)** – Eu venho aqui falar de campos de golf, a única diferença é que falta pintar de verde as estradas de Gondomar, porque os buracos já lá estão. Apresentou o Documento 11, entregue no Período de Antes da Ordem do Dia, sobre "Estado Degradado da Rede Viária Municipal e Necessidade Urgente de Intervenção. ----------

-------- **ARTUR SOUSA (PS)** – Leu e entregou documento, sobre "Água é vida!", que adiante segue. ----------

Água é vida!

É sustentabilidade! Natureza! Salubridade!

A água é um bem público!

No nosso território o abastecimento de água em alta é da responsabilidade da empresa Águas do Douro e Paiva, detida pelo Estado Central e pelas autarquias onde opera.

A ADdP tem a missão de gerir um sistema de abastecimento de água em alta, garantindo a eficiência, fiabilidade, qualidade do serviço, segurança e o respeito pelos valores sociais e ambientais mais elevados.

A distribuição no nosso território e apenas e só a distribuição, é da responsabilidade da empresa Águas de Gondomar detentora de uma concessão no Concelho.

Ser ou não ser eis a questão?

A frase do dramaturgo Shakespeare talvez se enquadre na recomendação do Coligação Democrática Unitária.

Em primeiro lugar um olhar atento à problemática do casamento da água com os resíduos a resultar num péssimo relacionamento.

A água na sua ingenuidade e a transbordar de amor pelas gentes a ganhar corpo e forma num preço por metro cúbico de 0,65 cêntimos de euro e a transbordar de qualidade.

Repito, tal é o amor que mil litros de água custam apenas 0,65 cêntimos de euro.

Claro está, quando a retina foca o olhar na factura, o que vemos, é esse mal fadado parceiro a ser o responsável pela degradação da relação alicerçada por um grosso quinhão da factura que esses mal amados resíduos urbanos absorvem.

No desconhecimento e no imediatismo das coisas atribuímos a culpa à água.

A doce, pura, fresca, saborosa, química e bacteriologicamente equilibrada água, a saciar a sede, a lavar os corpos, a zelar pela salubridade das cidades, a levar para longe os tão incomodativos dejectos da existência...

Triste sina, aos se atrevem a estigmatizá-la com epíteto de água mais cara de... quando mil litros de água custam, 0,65 cêntimos de euro.

Mas regressamos ao ser ou não ser que se alimenta da duvida política, jurídica e económica na gestão da água enquanto entidade pública ou privada.

Em pouco menos de ~~seis~~ CINCO movimentos de translação, todos vamos ter de contribuir para uma resposta à pergunta que se impõe; internalizar a distribuição de água ou continuar com a concessão a terceiros.

É entendimento do Partido Socialista não ser o tempo para mudar o contracto quando o mesmo se aproxima da resolução.

É o tempo de com sabedoria e inteligência e a experiência acumulada estudar cenários, produzir pensamento técnico que suporte ambas as opções na exacta medida das vantagens e desvantagens de cada uma.

Pesados os prós e os contras será então o tempo da tomada de decisão.

Não esquecendo nunca a importância da água na sua sustentabilidade ambiental, equilíbrio económico/financeiro, e no essencial, a disponibilização às populações de um elemento essencial à vida.

É da responsabilidade desta Assembleia a procura da resposta que melhor sirva os munícipes e os valores de sustentabilidade deste escasso recurso, envolvendo a comunidade e demais agentes políticos e económicos do território.

Assim sendo, ~~por se revelar inoportuno e acarretar um enorme prejuízo para o município votaremos contra a proposta da Coligação Democrática Unitária de "promover desde já a reversão dos serviços de água e saneamento para a esfera do município"~~ GRUPO MUNICIPAL P. S. IRÁ ABSTER-SE NA PROPOSTA DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

Pelo Partido Socialista

Artur de Sousa

Gondomar, 30 de Abril de 2026

-------- **PEDRO FORTE (PS)** – A proposta de recomendação apresentada pelo Livre, pela defesa do serviço ferroviário urbano e pela transparência no processo urbano de concessões das linhas da CP, merece por parte da bancada municipal do Partido Socialista algumas considerações. Tendo em conta referências de outros modelos de exploração de serviços em regime de concessão ou subconcessão, o caso da Fertagus no sul do país, ou no caso da Via Porto que é a exploração da Metro Porto, não podemos afirmar categoricamente e de antemão, que o impacto direto na mobilidade será negativo. Se no caso da Fertagus a travessia do Tejo se tem revelado caótica e a concessionária não tem demostrado capacidade da resolução do problema, pelo lado da Via Porto, não se consegue afirmar que está a prestar um mau serviço às populações na capacidade de resposta das necessidades dos utentes, temos aqui o exemplo de um operador que está a explorar a Fertagus, neste caso e corre muito mal e temos uma aqui no Porto, que em termos de resposta aos utentes funciona. No entanto, podemos afirmar com segurança que estes modelos de exploração de serviço de transportes de passageiros têm severos impactos negativos nas contas públicas e a longo prazo revelam-se altamente lesivos da sustentabilidade do serviço público. Analisando melhor, o que antes se afirmou, os operadores em regime de concessão ou subconcessão trabalham sem risco, continua sempre a ser serviço assumido pelo estado, visam pela lógica do mercado lucros substanciais de operação que têm de ser pagos pelos utilizadores do serviço, bilhética mais cara, ou pelas compensações do estado através de impostos e nunca assumem investimentos a longo prazo, porque não sabem se vão ganhar o concurso seguinte, continuando este tipo de investimentos a estar sempre à responsabilidade do estado e da receita fiscal. Podemos ainda acrescentar que, e contrariamente às teorias que defendem que esta evolução prazo concessão do serviço público tem a importância que podem vir de resultados que podem vir da concorrência para a melhoria do serviço revelam-se no paradoxo por operarem em regime de monopólio, pois naquele serviço ou linha são os únicos operadores a atuar. Se dúvidas existem acerca do exposto, recomendo-os a procurar informação do falhanço deste modelo iniciado nos anos oitenta em Inglaterra, assistindo-se hoje a um modelo falido, caro de utilização, os bilhetes são caros, com nacionalizações compulsivas por já não aparecerem interessados aos mais recentes concursos públicos para renovação das concessões. Outro exemplo, na Alemanha, deram-se os primeiros passos para as primeiras concessões, e logo se assistiu a uma série de

ruturas de serviço implicando até na demissão do CEO da Deutsche bank. Se não funciona nas outras paragens, supostamente mais evoluídas do que nós, como se pode ter a esperança de que vai resultar por cá, é a questão que eu aqui deixo. Este modelo terá impacto nas tarifas no modele andante, das comparticipações dos municípios e por isso terá mesmo implicações nos bolsos de todos nós, diretamente na aquisição dos bilhetes ou nos impostos municipais. Por outro lado, fica aqui mais uma dúvida no ar. Se a CP vai subconcessionar o serviço a empresas externas como fica a situação dos seus trabalhadores. Assume-se que serão dispensados numa altura que até se quer rever as leis laborais e a proteção dos trabalhadores, ou ficam todos na mesma a acumular com os novos trabalhadores das concessionárias e temos também a acumulação de custos operacionais a serem pagos por todos nós, é uma questão que deixo aqui no ar. E ainda quanto à proposta do Livre, não podemos ignorar que temos milhares de Gondomarenses a viver junto à linha de Leixões com a possibilidade de em transporte público, estarem a menos de dez minutos de distância do centro do Porto ou menos cinco minutos do hospital de S. João ou universidades vizinhas e o acesso a essa via-férrea estar bastante dificultado através de ter de caminhar por diversos minutos e depois ter de fazer um ziguezague na estação de S. Jumil, já em território maiato. Pelo exposto o Partido Socialista votará favoravelmente esta recomendação. ----------

-------- **LEONARDO LOPES (L)** – Apresentou o Documento 4, entregue no Período de Antes da Ordem do Dia, "Pela defesa do serviço ferroviário urbano e pela transparência no processo de subconcessão das linhas da CP". ----------

-------- **ISABEL NOGUEIRA (CDU)** – Leu e entregou os documentos, sobre o "Parque das Serras do Porto" e "Saudação aos 50 anos da Constituição da República Portuguesa", que adiante seguem.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Gondomar – 29 de abril de 2026

Período Antes da Ordem do Dia

Intervenção Política

Parque das Serras do Porto

Neste mês de Abril assinala-se o 10º aniversário da criação da Associação de Municípios Parque das Serras do Porto, acontecimento que abriu caminho à classificação de parte do território dos municípios de Gondomar, Paredes e Valongo como área protegida. Concretizando assim um objetivo de longa data para a região: a criação de uma zona verde nas imediações da segunda maior concentração populacional do país.

A CDU e o Partido Comunista Português acompanharam esse caminho, apresentando propostas para a criação deste parque há, pelo menos, 30 anos.

Foram Projetos de Lei do PCP que lançaram as bases para a proteção das Serras de Santa Justa, Pias, Castiçal, Flores e Banjas, e cujo alcance visionário não podemos deixar de reconhecer.

Por isso, ao assinalarmos este aniversário, queremos também lembrar e reforçar aspetos centrais contidos naquelas propostas originais do PCP:

Importa que o Parque das Serras do Porto promova, de forma ambiciosa, a melhoria da qualidade de vida das populações, compatibilizando-a com o desenvolvimento económico local.

Falamos da necessidade de uma aposta clara na agricultura biológica, na agricultura de montanha, na apicultura e na pecuária – sectores que, tal como consta das propostas do PCP ao longo dos anos, são fundamentais para conciliar a conservação da natureza com justiça social e progresso económico.

A Associação responsável pela gestão do Parque das Serras do Porto, juntamente com as organizações de agricultores e apicultores representativas na região e as organizações de produtores pecuários e outros interessados - proprietários ou rendeiros da região – têm a responsabilidade de reforçar este eixo de atividade.

As intervenções devem contribuir para o aumento da biodiversidade e a preservação da fauna e flora autóctones, reduzindo significativamente os eucaliptais presentes que ocupam cerca de 75% das áreas florestais; procurar preservar o património construído, nomeadamente os moinhos, muros e minas; fomentar a Proteção Contra Incêndios Rurais nomeadamente cuidando das faixas de gestão de combustíveis nos interfaces dos aglomerados populacionais; criar entradas e percursos para visitantes, com a criação de atividades e a sua divulgação.

Não basta sinalizar a existência do Parque das Serras, é necessário que este tenha os meios técnicos e humanos, financeiros e logísticos porque só assim o Parque será um território de preservação da biodiversidade e identidade da região, de lazer para residentes e visitantes, mas também um espaço capaz de contribuir para o desenvolvimento sustentável.

No que depender da CDU tudo faremos para que o Parque das Serras do Porto seja uma marca indelével no progresso e desenvolvimento do Município de Gondomar e um caminho sustentável para combater esse flagelo que são os incêndios florestais.

Gondomar, 29 de abril de 2026

O Grupo Municipal da CDU,

Paulo Silva

Isabel Nogueira

CDU
PCP-PEV

Coligação Democrática Unitária

Assembleia Municipal de Gondomar

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Gondomar – 29 de abril de 2026

Período Antes da Ordem do Dia

Saudação aos 50 anos da Constituição da República Portuguesa

Neste mês de Abril assinalam-se os 50 anos do mais belo texto da República Portuguesa, a Constituição da República Portuguesa, fruto do trabalho da Assembleia Constituinte eleita nas primeiras eleições livres do nosso país, a 25 de abril de 1975.

Com a entrada em vigor da Constituição, tornou-se possível realizar eleições de acordo com as novas regras constitucionais e assegurar o funcionamento regular dos órgãos de soberania.

A Constituição, garante da democracia, consagrou um conjunto de direitos, económicos, sociais e culturais, responsabilidades ativas do Estado, destacando-se entre outros:

o direito ao trabalho e à proteção no emprego;

a liberdade sindical e o direito à greve;

o direito à saúde, à educação, à habitação e à segurança social;

a proteção da família, da infância, da juventude e da terceira idade.

A Constituição portuguesa nasceu de uma rutura histórica com a ditadura, com a censura, com a repressão, com a miséria organizada, com uma desigualdade naturalizada. Nasceu da energia transformadora de Abril e da convicção de que uma democracia profunda, humana e justa, exigia direito ao trabalho, à habitação, à saúde, à educação, à cultura, à proteção social, enfim, à dignidade.

Saudamos, portanto, a Constituição da República Portuguesa, mas mais do que saudá-la pretendemos cumpri-la. Defendemos a CRP e os seus princípios orientadores, o seu garante de democracia, os direitos que consagra. Defendemo-la enquanto ferramenta de defesa do grande coletivo que compõe este país. Não a queremos como memória, mas como um mapa orientador para o país que queremos e que será conseguido quando a conseguirmos cumprir na totalidade.

Gondomar, 29 de abril de 2026

O Grupo Municipal da CDU,

Isabel Nogueira

CDU-Gondomar | Rua Serafim Rosas 257, 4420-329 Gondomar | T: 224832031 |
| gondomar.cdu@gmail.com | http://www.facebook.com/cdugondomar |

-------- **MIGUEL AZEVEDO (PS)** – Permitam-me começar pelos factos. Em dois mil e vinte e cinco o município de Gondomar transferiu mais de 20,6 milhões de euros em apoios e subsídios, um valor que demonstra sem margem para dúvida o compromisso estrutural com o tecido institucional e associativo do Concelho. Deste montante mais de 5 milhões, foram atribuídos diretamente a entidades e associações abrangentes em termos de organizações que diariamente desenvolvem trabalho nas áreas do desporto, da cultura, da ação social, da juventude e da cidadania, mas delimitar esta análise aos números seria insuficiente, porque o verdadeiro valor desta política pública está na forma como ela é construída e executada. O apoio ao associativismo em Gondomar não é episódico, nem discricionário nem depende de vontades momentâneas, é uma política estruturada, sustentada e personalizada, através de múltiplos instrumentos, transferências de financeiras diretas, devidamente identificadas e auditáveis apoio logístico técnico e operacional às atividades das associações, cedência de equipamento, instalações e infraestruturas municipais. Parcerias institucionais para projetos de desenvolvimento local, acompanhamento próximo e contínuo das necessidades das coletividades, estamos a falar de uma política pública com capitalidade territorial que chega a todas as freguesias, que reconhece as necessidades do tecido associativo e que adapta os apoios às diferentes realidades. Isto não é retórica, isto é governação e isto é transparência, não enquanto conceito abstrato, mas enquanto prática correta, verificável e escrutinável. É por isso que devemos ser particularmente exigentes na forma como enquadramos as recomendações que aqui são apresentados, uma coisa é propor melhorias o que é legítimo, e até necessário, outra coisa bem diferente, é construir uma narrativa implícita de insuficiência, que não corresponde à realidade, demonstrada por irregularidades, pelos números e pela prática. Quando o município mobiliza mais vinte milhões de euros em apoios, quando identifica publicamente os destinatários quando assegura a continuidade do apoio, não estamos perante um problema estrutural, estamos perante uma política consolidada que pode como todas, evoluir, mas que já cumpre. Há um tema que ultrapassa este debate, refiro-me à decisão da Câmara Municipal do Porto de avançar com a gratuidade dos transportes públicos para os seus residentes, uma decisão que será concretizada através do contrato de Transportes Metropolitanos do Porto, já com uma dotação prevista de 10,25 milhões de euros e com a

entrada em vigor apontada para o dia 1 de junho, dependente do visto do Tribunal de Contas. Não estamos a falar de uma decisão política concreta e canalizada com impacto imediato e é precisamente por isso que não podemos ignorar as suas consequências, porque quando esta medida entrar em vigor teremos uma realidade profundamente desigual. Um cidadão do Porto passará a utilizar os transportes públicos gratuitamente, um cidadão de Gondomar que utiliza exatamente o mesmo sistema, os mesmos autocarros, os mesmos comboios, continuará a pagar. Isto não é apenas uma diferença de política pública, isto é uma quebra do princípio de equidade territorial, estamos perante um sistema de mobilidade que por natureza metropolitano, mas que está a ser tratado de uma forma fragmentada, desigual e descoordenada e essa fragmentação tem nome, injustiça. Esta decisão expõe uma realidade que não podemos ignorar, a desigualdade de capacidade financeira entre municípios. O Porto tem condições orçamentais que permitem avançar com esta medida, desta dimensão. Gondomar apesar de apresentar contas equilibradas e com resultado líquido positivo, superior a dois milhões de euros, não dispõe desta margem sem comprometer áreas essenciais de investimento público e o mesmo se aplica aos dezoito municípios da Área Metropolitana. O que está em causa não é a falta de vontade política, é a falta de condições estruturais para replicar decisões isoladas. Se nada for feito, estaremos a caminhar para uma área metropolitana a duas velocidades. Uma onde alguns cidadãos têm acesso a mais direitos e outra onde esses mesmos direitos dependem da capacidade financeira do território onde se vive, isto não é aceitável, é como se todos estivéssemos utilizando o mesmo sistema de transporte, mas alguns sem custos, enquanto outros, lado a lado são obrigados a pagar para seguir exatamente o mesmo percurso. ----------

-------- **PAULO AMADO (PSD)** – Uma das moções que nós apresentamos tem a ver realmente sobre os incêndios, que aqui já foi referido, mas é de uma maneira que gostaríamos de ir mesmo para atuação. São quatro itens que temos descritos na proposta, que tem a ver com a elaboração de planos estratégicos, não só intermunicipais, mas porque temos uma vasta faixa florestal. Ainda hoje, na comunicação saiu que a Europa, concretamente alterou em dois graus e meio, há cerca de vinte anos para subida, isto requer que haja uma alteração não só no Inverno e provavelmente vamos ter um verão muito quente que vai trazer certamente problemas de incêndios. Requer uma recapitalização de todo o estudo que é necessário e também um

investimento que é outro item, que tem a ver com a capitalização e reforçar os movimentos da proteção civil. Falamos também em acessos, estava a pensar numa coisa que se passou há uns anos, na freguesia de Baguim do Monte em que existia uma casa a incendiar e que tinha duas estradas, tem a ver com os acessos, com arruamentos e duas estradas para se chegar a essa casa que estava a arder, os bombeiros com o autotanque não conseguiram entrar por uma estrada que não tinha qualquer possibilidade de largura e a outra é uma estrada camarária que está em terra, apertada e que nunca foi arranjada. Não só tem a ver e já estamos quase no Verão, já não falo só nos buracos, mas essencialmente em coisas básicas, como uma estrada que está em terra e que são muitas ainda, principalmente Baguim, sei que fica no extremo do Concelho, mas existe e é do Concelho de Gondomar. ----------

-------- **PAULO TAVARES (PSD)** – O Deputado do Chega já resumiu a nossa moção, eu vinha aqui defendê-la. Resumidamente o que nós defendemos no nosso planeamento estratégico para a rede viária e mobilidade é que seja criado um plano diretor de intervenção viária, salvaguardando as nossas principais artérias e ouvindo, quer os comerciantes, quer as associações, quer as Juntas de Freguesia de forma a termos uma cidade moderna no que diz respeito à mobilidade dentro do Concelho. ----------

-------- **ALÍCIO MORAIS (PS)** – Leu e entregou o documento, sobre o "Dia 1 de Maio, Dia do Trabalhador, que adiante segue. ----------

43

Sr. Presidente da Assembleia municipal

Sr. Presidente da Câmara Municipal

Sr./a. Vereadores

Deputados desta Assembleia

Ex.mo Público aqui presente.

Não podia deixar de aproveitar esta oportunidade para ~~lembrar~~ evocar a data do primeiro de Maio Dia do Trabalhador – uma data que simboliza luta, coragem e conquista que marcaram a história das sociedades modernas.

A luta dos trabalhadores na europa tem as suas raízes na Revolução Industrial, iniciada no final do seculo XVIII. Este período trouxe profundas transformações económicas e sociais, mas também condições de trabalho extremamente duras, jornadas de até 16 horas, baixos salários e ausência total de direitos laborais.

Perante esta realidade os trabalhadores começaram a organizar-se surgiram os primeiros movimentos operários, sindicatos e associações, que lutavam por melhores condições de vida e trabalho. Ao longo do século XIX, multiplicaram-se greves e protestos por toda a europa.

Um dos momentos mais marcantes dessa luta foi o protesto de Haymarket, (Chicago)que embora tenha ocorrido nos Estados Unidos, teve um enorme impacto internacional e inspirou o movimento operário europeu. Este acontecimento esteve na origem da celebração do 1º de Maio como o dia do trabalhador.

No início do século XX, muitos direitos começaram a ser conquistados, como a redução da jornada de trabalho, o direito à sindicalização e melhores condições laborais. Após as grandes guerras, especialmente depois da segunda guerra mundial, consolidou-se o modelo de estado social em vários países europeu, garantindo direitos como segurança social, saúde e educação.

No entanto, a luta dos trabalhadores nunca terminou. Ao longo das últimas décadas, novas formas de trabalho e desafios- como precaridade, a globalização e as mudanças tecnológicas – continuam a exigir organização e reivindicação por partes dos trabalhadores.

Assim o primeiro de maio, não é apenas uma celebração, mas também um lembrete de que os direitos conquistados, resultam de longas lutas e devem ser constantemente defendidos.

A Revolução dos Cravos marcou um ponto de viragem decisivo na vida dos trabalhadores portugueses, com o fim da ditadura, abriram-se portas à liberdade, à democracia e a conquista de direitos fundamentais que até então eram inexistentes ou severamente limitados.

Uma das primeiras grandes conquistas foi a consagração dos direitos dos trabalhadores na Constituição da Républica Portuguesa, que passou a garantir princípios como o direito ao trabalho, à segurança no emprego, à igualdade salarial e organização sindical. Entre as conquistas mais significativas destacam-se.

O direito á liberdade sindical e á greve

A criação do salário mínimo

A proteção no desemprego e o acesso à segurança social

Melhoria das condições de trabalho e segurança laboral

Além disso assistiu-se a uma maior valorização enquanto cidadão, com voz ativa na sociedade e participação nas decisões políticas e sociais.

Ao longo das décadas seguintes, Portugal acompanhou a evolução europeia, reforçando direitos laborais e adaptando-se às novas realidades económicas. No entanto tal como no resto do mundo, também surgiram desafios, como a precaridade, o desemprego e as desigualdades.

Assim as conquistas alcançadas após o 25 de abril representam não apenas vitórias históricas, mas também responsabilidades coletivas a de preservar, defender e aprofundar os direitos dos trabalhadores.

O papel das mulheres na luta pelos direitos dos trabalhadores foi – e continua a ser-fundamental. Durante décadas, as mulheres enfrentaram uma dupla desigualdade: enquanto trabalhadoras e enquanto mulheres, sendo frequentemente sujeitas a salários mais baixos, piores condições de trabalho e limitações no acesso a determinadas profissões.

Antes da Revolução dos Cravos, muitas mulheres trabalhavam sem proteção legal adequada a com poucos direitos reconhecidos. No entanto, participaram ativamente nas lutas sociais, em greves, movimentos sindicais e ações de resistência.

Após o 25 de abril, abriu-se um novo caminho. A Constituição da República Portuguesa consagrou a igualdade entre homens e mulheres, garantindo direitos fundamentais como:

Igualdade salarial para trabalho igual

Acesso ao emprego sem discriminação

Proteção na maternidade

Direito à participação política e sindical

As mulheres passaram a ter uma presença cada vez mais ativa no mercado de trabalho e nos espaços de decisão, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento económico e social do país.

Ainda assim, persistem desafios importantes: desigualdade salarial, dificuldades na conciliação entre a vida profissional e familiar, e sub-representação em cargos de liderança. Por isso, a luta das mulheres trabalhadoras continua a ser uma parte essencial da luta por justiça social.

Reconhecer o papel das mulheres é reconhecer que as conquistas alcançadas só foram possíveis graças à participação de todos- e que a igualdade plena continua a ser um objetivo a alcançar.

Hoje apesar das conquistas alcançadas ao longo das últimas décadas, muitos trabalhadores portugueses continuam a enfrentar sérias dificuldades no seu dia a dia.

Os baixos salários permanecem uma realidade para uma grande parte da população, dificultando o acesso a uma vida digna. Mesmo trabalhando a tempo inteiro, muitos não conseguem garantir condições básicas para si e para as suas famílias.

A questão da habitação tornou-se um dos maiores desafios atuais. O aumento acentuado dos preços das casas e das rendas tem afastado trabalhadores dos centros urbanos, tornando cada vez mais difícil o direito a uma casa condigna.

Na área da saúde, o Serviço Nacional de Saúde enfrenta fortes pressões, com a falta de profissionais, longos tempos de espera e dificuldade no acesso a cuidados de qualidade.

Também na educação persistem desafios, desde a valorização dos profissionais até às condições das escolas e igualdade de oportunidades para todos os alunos.

Perante este cenário, cresce a preocupação com medidas que possam fragilizar ainda mais os direitos dos trabalhadores. A proposta de alteração à lei laboral proposta pelo governo tem gerado contestação social, com receios de aumento da precaridade, redução de direitos e enfraquecimento das garantias laborais.

Neste contexto, a luta contra as injustiças continua a ser essencial. Os trabalhadores através da sua união e mobilização, mantêm viva a defesa dos seus direitos, exigindo melhores salários, condições de vida digna e políticas mais justas.

Porque o futuro no trabalho em Portugal depende das escolhas que fazemos hoje – e d capacidade de não desistir de lutar por uma sociedade mais equilibra e justa.

Neste primeiro de maio, mais do que celebrar, reafirmamos o nosso compromisso com a dignidade do trabalho e com justiça social.

Recordamos as lutas do passado, reconhecemos as conquistas alcançadas e enfrentamos com coragem os desafios do presente. Sabemos que nada foi oferecido-tudo foi conquistado com esforço união e determinação.

Hoje como ontem, é essencial continuar lutar por salários justos, habitação digna, por um Serviço Nacional de Saúde

forte, por uma educação de qualidade e por direitos laborais que protejam verdadeiramente quem trabalha.

Não podemos aceitar retrocessos. Não podemos aceitar injustiças. O futuro constrói-se com mais direitos não com menos. Que este dia seja um momento de união entre todos os trabalhadores, porque só juntos somos mais fortes.

Levantemos a nossa voz, com firmeza e esperança, por um país mais justo, mais igual e mais digno.

Viva o 1º de Maio

Viva os Trabalhadores

-------- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – A preocupação com a rede viária, as nossas equipas estão diariamente nas ruas a procederem a intervenções na rede viária e muito em breve avançaremos com uma intervenção robusta na rede viária e nessa altura cá estaremos todos para reconhecer essas intervenções que vão acontecer em breve. Atlético de Rio Tinto, julgo que a própria associação esclareceu num comunicado público, que quando precisa de materiais, ou seja do que for, dirige-se diretamente às autarquias, não o faz através de partidos políticos. O Centro de Saúde Rio Tinto, já estão a ser instaladas parte das tubagens para novo equipamento, cujo custo será aproximadamente de meio milhão de euros, esperamos que aconteça em breve. Contra os incêndios, nós todos os anos temos incêndios, temos uma área florestal significativa, mas como é evidente temos um serviço de Proteção Civil robusto, que todos os anos preparam o plano para a época de incêndios, temos uma intervenção no que diz respeito à reflorestação, o Parque das Serras veio dar uma ajuda, com o projeto Live. O ano passado só em plantações, estamos a falar numa área de cinquenta hectares, cerca de quarenta mil árvores e já temos mais sessenta hectares programados para breve. Quanto às praias estamos a preparar a época balnear como acontece todos os anos, onde esses espaços vão estar a cumprir com as regras de segurança aplicáveis. ----------

-------- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – No seguimento aqui da estratégia intermunicipal para preparação do combate a incêndios florestais, acho que é importante porque temos de valorizar o que de Gondomar tem muito bom e se há coisas que Gondomar tem de muito bom é de facto uma estrutura de Proteção Civil muito capacitada, tem as limitações que todas as outras poderão ter em todas as outras áreas, mas nós quando vimos aqui propor algumas coisas, elas têm de sair de ideias que não têm algum fundamento técnico. Ainda no dia 7 de abril, reuniu aqui nesta sala a Comissão Municipal de Gestão integrada de fogos rurais, onde fazem, como o Senhor Presidente da Câmara dizia, fazem parte as Corporações de Bombeiros, Polícia de Segurança Pública, GNR, Juntas de Freguesia, onde foi aprovada o Plano de Execução Municipal para este ano, só para medidas de reforço ao Plano são mais de quatrocentos mil euros. Temos um recorde de câmaras de filmar e vamos integrar mais câmaras de filmar para vigilância da serra, temos a criação dum posto de abastecimento de água, temos todas as medidas que são necessárias a toda a dimensão. São vinte e cinco quilómetros que

estão previstas e contratualizadas de limpeza de caminhos florestais, quarenta e quatro hectares de terrenos que são limpos. Este ano já foram feitas muitas queimadas controladas pelos sapadores florestais e pelas equipas, o Plano está a decorrer e obviamente as limitações, são as limitações que existem, as catástrofes infelizmente acontecem, mas acho que Gondomar está prevenido e estaremos cá com o Serviço de Proteção Civil que é suportado não só pelo município, mas temos de dizer que temos cinco corporações de bombeiros muito robustas, algumas delas tem diferenciações, mas também podemos dizer que em Gondomar temos algumas corporações mais bem capacitadas da Área Metropolitana do Porto. ----------

-------- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Eu vou sugerir que um dia com um representante de cada força política possamos visitar os serviços de Proteção Civil e assistir a uma dessas reuniões, para poderem perceber a dinâmica que rodeia a preparação da época de incêndios. Deixo esta sugestão ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Quanto à Rua do Carvalhinho, o problema das luminárias, esse assunto foi dado a conhecer à Câmara Municipal no início do mês de março, contactada a E-Redes foi-me informado que no mercado havia falta, demorou mais tempo, da nossa parte procuramos fazer tudo o que estava ao nosso alcance. -----

-------- **VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PAOD:** ----------

-------- **Recomendação** (Documento 1), "**Pela celeridade e transparência com as coletividades desportivas**", apresentada pelo Grupo Municipal da IL, que posta à votação foi **rejeitada por maioria**, com 19 votos contra (PS), 6 abstenções (CH) e 15 votos a favor (10 PSD + 2 CDU + 2 IL + 1 L). ----------

--------- **Recomendação** (Documento 2), "**Pela criação de um Gabinete Municipal de apoio ao Associativismo**", apresentada pelo Grupo Municipal da IL, que posta à votação foi **aprovada por maioria**, com 19 abstenções (PS) e 21 votos a favor (10 PSD + 6 CH + 2 CDU + 2 IL + 1 L). ----------

--------- **Recomendação** (Documento 3), "**Transparência e rigor na atribuição de apoios ao associativismo no Município de Gondomar"**, apresentada pelo Grupo Municipal da IL**,** que posta à votação foi **aprovada por maioria**, com 19 votos contra (PS) e 21 votos a favor (10 PSD + 6 CH + 2 CDU + 2 IL + 1 L). ----------

--------- **Proposta de Recomendação** (Documento 4), "**Pela defesa do serviço ferroviário urbano e pela transparência no processo de subconcessão das linhas da CP**", apresentada pela

Deputada Municipal do L, que posta à votação foi **aprovada por maioria**, com 10 votos contra (PSD) e 30 votos a favor (19 PS + 6 CH + 2 CDU + 2 IL + 1 L). ----------

--------- **Proposta de Recomendação** (Documento 5), **"Estádio do São Pedro da Cova"**, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, que posta à votação foi **aprovada por maioria**, com 27 abstenções (19 PS + 6 CH + 2 IL) e 13 votos a favor (10 PSD + 2 CDU + 1 L). ----------

-------- Pelo Grupo Municipal da IL e pelo Deputado Municipal do L (documento não entregue), foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem. ----------

--------- **Proposta de Recomendação** (Documento 6), **"Serviços de água e saneamento do Município"**, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU**,** com a alteração solicitada pelo Senhor Deputado Paulo Silva (CDU), constante da sua intervenção, que posta à votação foi **rejeitada por maioria**, com 12 votos contra (10 PSD + 2 IL), 19 abstenções (PS) e 9 votos a favor (6 CH + 2 CDU + 1 L). ----------

-------- Pelo Grupo Municipal da IL, foi apresentada a declaração de voto, que adiante segue. -----

--------- **Moção** (Documento 7), **"Planeamento Estratégico da Rede Viária e Mobilidade Urbana de Gondomar"**, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, que posta à votação foi **aprovada por maioria**, com 19 votos contra (PS), 1 abstenção (L) e 20 votos a favor (10 PSD + 6 CH + 2 CDU + 2 IL). ----------

-------- Pelo Deputado Municipal do L (documento não entregue), foi apresentada a declaração de voto, que adiante segue. ----------

--------- **Moção** (Documento 8), **"Estratégia Intermunicipal de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais"**, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, que posta à votação foi **aprovada por maioria**, com 19 votos contra (PS), e 21 votos a favor (10 PSD + 6 CH + 2 CDU + 2 IL + 1 L). --------

--------- **Proposta de recomendação** (Documento 9), **"Pela reposição urgente da iluminação pública na Rua do Carvalhinho, São Cosme"**, apresentada pelo Grupo Municipal do CH, **que não foi posta à votação**, tendo sido retirada a pedido do preponente, considerando que a situação já se encontra resolvida. ----------

--------- **Recomendação** (Documento 10), **"Melhoria das condições das paragens de transporte público no Município"**, apresentada pelo Grupo Municipal do **CH,** que posta à votação foi

aprovada por maioria, com 19 votos contra (PS), 1 abstenção (L) e 20 votos a favor (10 PSD + 6 CH + 2 CDU + 2 IL). ----------

-------- Pelo Deputado Municipal do L (documento não entregue), foi apresentada a declaração de voto, que adiante segue. ----------

--------- **Moção/Recomendação** (Documento 11), **"Estado Degradado da Rede Viária Municipal e Necessidade Urgente de Intervenção"**, apresentada pelo Grupo Municipal do **CH,** que posta à votação foi **aprovada por maioria**, com 19 votos contra (PS), 1 abstenção (L) e 20 votos a favor (10 PSD + 6 CH + 2 CDU + 2 IL). ----------

- ------- Conforme nos locais desta ata se assinala, no Período de Antes da Ordem do Dia, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem. ----------

Declaração de voto – PAOD

Proposta de Recomendação – Adotar um conjunto de medidas para que o Estádio do São Pedro da Cova seja adquirido pelo Município, transformando-o num equipamento desportivo municipal

A presente proposta traz ao de cima diversos pontos de análise.

Por um lado, é verdade que existe um ativo que se encontra, de momento, ao abandono e que, eventualmente, na esfera do Município, poderia servir diversas coletividades que ou não têm para onde ir, ou têm feito um trabalho tão bom que necessitam de mais espaço para as atividades.

Por outro lado – e até deixando de fora o facto de sabermos como é este Executivo no que diz respeito à coisa pública – convém não esquecer que Gondomar já tem um Estádio Municipal, o de Valbom – pelo que seria mais um encargo sem qualquer tipo de certeza da viabilidade deste equipamento desportivo nestes moldes.

E, por fim, mas não menos importante, convém não esquecer do que possa estar realmente aqui em causa: as gentes de São Pedro da Cova, cuja vontade popular poderá trazer de volta o futebol à "sua terra", como assim tantos o pretendem, e, como tal, não podemos abdicar de algo que caracteriza o futebol em São Pedro da Cova.

Dito isto, a Iniciativa Liberal assume-se com uma posição clara. Esta aquisição, a acontecer, apenas poderia materializar-se, desde logo, de forma responsável no que diz respeito ao valor a dispender para a mesma, e com uma estratégia clara e detalhada para o equipamento, por forma a demonstrar a viabilidade financeira da operação a médio prazo.

Evidentemente que a proposta que aqui a CDU nos apresenta não contempla esta hipótese, sendo naturalmente genérica, uma vez que não detém qualquer tipo de poder executivo. De todo o modo, fica aqui exposta a visão mais ampla da Iniciativa Liberal nesta matéria.

Face ao exposto, a Iniciativa Liberal **ABSTÉM-SE** nesta proposta de recomendação.

Gondomar, 29 de abril de 2026

O Grupo Municipal da Iniciativa Liberal,

Carlos Eduardo Costa

Bárbara Carqueja

Declaração de voto – PAOD

Proposta de Recomendação – Serviço de Águas e Saneamento

A situação relativamente ao serviço de águas e saneamento é, sem qualquer tipo de dúvidas, um dos grandes desafios a ter em conta no presente mandato.

Com o atual contrato de concessão a terminar em 2031, cabe a este Executivo, apoiado por todas as forças políticas representadas neste órgão deliberativo, iniciar, de forma atempada, a idealização do que teremos de 2031 para a frente em termos de água e saneamento. Só com tempo para recolher informação, efetuar todas as sindicâncias para averiguar qual a melhor solução, em termos financeiros, mas, acima de tudo, em termos de prestação e qualidade do serviço a todos os Gondomarenses.

Qual é o meio certo? A Iniciativa Liberal parte para esse debate sem certezas quanto a ele. Só sabemos o fim: temos de ter o melhor serviço possível para os Gondomarenses, com qualidade e viável financeiramente seja para os cofres do Município, seja, essencialmente, para os bolsos dos Gondomarenses.

Ora, a CDU, com o que manifesta em boa parte da presente proposta, tem já um meio definido. E é isso que não podemos aceitar.

A comissão para preparação do que será o pós-2031 de forma isenta e com debate totalmente aberto? Contem com a Iniciativa Liberal para isso, com todo o afinco.

Comissão com um caminho já pré-definido? Não, obrigado.

Desta feita, a Iniciativa Liberal vota **CONTRA** esta proposta de recomendação.

Gondomar, 29 de abril de 2026

O Grupo Municipal da Iniciativa Liberal,

Carlos Eduardo Costa

Bárbara Carqueja

--------- **C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA** ----------

--------- **1 – Criação da Comissão de revisão do Regimento da Assembleia Municipal;** ----------

---------- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – A proposta é da Mesa. Foi criado um grupo, uma comissão para a revisão do Regimento, essa comissão na sua constituição tem a Mesa e um Deputado de cada um dos partidos. A questão é formalizar essa mesma comissão, já se tem reunido e continuará a reunir para elaborarmos o regimento que melhor sirva a nossa Assembleia Municipal. Colocarei à votação, se ninguém se opuser, com o braço no ar. ----------

--------- **VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade**. ----------

--------- **2 – Discussão e votação da ata da sessão anterior (27-02-2026).** ----------

-------- **VOTAÇÃO –** Aprovada por **unanimidade**. Nos termos do n.º 3, do artigo 34º, do Código do Procedimento Administrativo, não participaram na votação os(as) Deputados(as) Senhores(as): Leonardo Soares Lopes, Paulo Jorge Rodrigues de Azevedo Alves, Joana Daniela Baldaia de Resende, Isabel Margarida Marques Nogueira, Paulo Diogo Monteiro Tavares, Tiago da Rocha Lages e Joaquim Jorge Sousa Castro, em representação de Rosalina Sofia Neves Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Fânzeres e S. Pedro da Cova, por não terem estado presentes na sessão. ----------

--------- **3 – Propostas da Câmara Municipal sobre:** ----------

------- **3.1 – Relatório de gestão e documentos de prestação de contas de 2025**; ----------

-------- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – O documento que trazemos aqui, é um documento técnico, aliás a intervenção política neste documento é praticamente nula, está aqui o Senhor Diretor de Departamento que não me deixará mentir. É um documento que traduz o desenho daquilo que foi o ano de 2025. No que diz respeito à execução da despesa e da receita municipal e na verdade em termos de execução, temos números que são bastante positivos na ordem dos 90%, tivemos uma execução bastante boa, é o traço geral que conseguimos retirar desse documento, conseguimos continuar a manter a redução do nosso nível de endividamento, aumentando também a nossa margem de endividamento da qual iremos precisar para os investimentos que têm sido nomeados e cá estaremos na altura para avançar com os investimentos. De alguns investimentos que mantivemos em níveis apreciáveis no ano de 2025, em que posso salientar as obras em algumas escolas, obras muito importantes nos Centros de

Saúde, obras na rede viária, isto para falar nos valores mais assinaláveis. O Município de Gondomar tem uma situação económica financeira bastante estável, com uma margem de endividamento de mais de 90 milhões de euros. Muito em breve, vamos passar à fase do investimento, porque é disso que o município precisa e o executivo municipal vai cumprir com os compromissos. ----------

-------- **VEREADORA SENHORA DRA. CARLA FERREIRA** – O ano de 2025 decorreu num contexto económico exigente em que a taxa de inflação anual, teve uma média de 2.3 %, o que obviamente teve um impacto nas nossas contas e na atividade municipal, mesmo assim o município conseguiu manter o equilíbrio das suas contas e reforçar a capacidade financeira. Do ponto de vista económico financeiro em 2025, o município registou uma autonomia financeira de 76.5%, o que é um excelente indicador estrutural. No entanto é com a execução orçamental, que se percebe o processo contínuo de cobrança da receita e da realização da despesa prevista no orçamento anual. A nível da execução orçamental, os números são claros, a receita cobrada atingiu 136.54 milhões de euros, a despesa paga foi de 136.26 milhões de euros, o que corresponde, como o Senhor Presidente disse a uma taxa de execução orçamental acima dos 90%, 91.22% nas receitas e 91.41% nas despesas. Este desempenho acima dos 91% evidencia uma execução orçamental equilibrada, relativamente às previsões iniciais. Analisando a receita corrente que representa 85.29 da receita total, destacasse obviamente o peso dos impostos diretos, o IMI, o IMT e a Derrama, que totalizam 42.94 milhões de euros, obviamente que o IMT já era previsível um aumento, até pelo valor que existe das casas no mercado. No IMI, apesar de termos baixado o IMI rural e urbano e de termos aderido ao IMI familiar, a receita com o IMI também aumentou e também destacamos nas receitas correntes as transferências do Estado Central via orçamento que totalizaram 49.44 milhões de euros, dos quais 10.77 foram transferências relativas ao Fundo de Equilíbrio Financeiro e mesmo assim deixo nota que já uma opção de 2021 que prescindimos de 2.35 milhões de euros para as Juntas de Freguesia, devido à componente da varredura. Também temos uma transferência do Estado de 19.39 milhões de euros, relativo às competências que foram transferidas ao nível da educação, da ação social e da saúde, bem como 3.85 milhões de euros pelo mecanismo de ajuste e compensação das transferências do Orçamento do Estado. Destacam-se ainda outras receitas correntes, como as

rendas de habitação que foram 3.12 milhões de euros. Os resíduos sólidos, que foram de 5.56 milhões de euros, refeições escolares 1.98 milhões de euros, taxas de 6.9 milhões de euros, dos quais 4.55, correspondem a taxas do urbanismo e também a serviços desportivos e culturais 1.58 milhões de euros. No que respeita à despesa corrente, destaco os encargos com o pessoal que ascenderam a 39.72 milhões de euros, estes valores refletem a valorização dos nossos trabalhadores e também as novas competências que foram assumidas pelo Município, na área da educação, a saúde e a ação social. Os encargos com as instalações que representam 3.7 milhões de euros, 8 milhões de euros pagos à Rede Ambiente, refeições escolares 4 milhões de euros, a Lipor que teve uma despesa corrente de 4,9 milhões de euros, os STCP 1.3 milhões de euros, TMP 1 milhão de euros, os juros 1.9 milhões de euros, iluminação pública 1.5 milhões de euros, as transferências correntes para as freguesias que derivaram dos contratos interadministrativos 3.18 milhões de euros, transferências para entidades sem fins lucrativos, ou seja, o nosso apoio à comunidade foi 7.66 milhões de euros. Com isto conseguimos constatar que existe um equilíbrio orçamental assegurando o funcionamento dos serviços bem como o investimento municipal. Na despesa de capital será de salientar no plano de investimento o município financiou o plano plurianual de investimento, com poupança corrente com 12.4 milhões de euros, ou seja, demonstrou capacidade de investir sem recorrer ao endividamento. Em 2025, foram definidos 26.06 milhões de euros em investimentos, dos quais 21.81 milhões encontravam-se pagos em 31 de dezembro de 2025. À Lipor também houve aqui uma componente de investimento que representa 1.3 milhões de euros, que é comparticipação de investimento e que está no contrato com a Lipor. Na Educação foram investidos 1.3 milhões de euros com as escolas, na saúde avançaram as obras de requalificação de centros de saúde, num investimento global de 3.3 milhões de euros, 6.2 milhões de euros foram direcionados para a requalificação urbana e espaço público, com intervenções em diversos arruamentos, infraestruturas e equipamentos municipais, reforçando a melhoria das condições urbanas e da mobilidade local. Na habitação, o parque habitacional social, beneficiou de um investimento de 3.5 milhões de euros, incluindo intervenções na Urbanização Municipal da Gandra e na Urbanização das Casas Amarelas. Quanto ao endividamento, a dívida municipal voltou a descer para 54 milhões de euros, menos 12.9% do que em 2024, em simultâneo a margem de

endividamento cresceu 26.6 %, sendo que o Município apresenta uma margem disponível de 93 milhões de euros o que traduz uma posição sólida e margem para responder a necessidades futuras. Em suma, as contas de 2025 mostram uma gestão rigorosa, equilibrada e sustentável. Os resultados de exercício reforçam credibilidade financeira do Município e criam condições para dar continuidade a uma política de investimento responsável, orientada para as necessidades da população e do próprio Município. ----------

-------- Intervieram os(as) Senhores(as) Deputados(as): ----------

-------- **VALENTINA SANCHEZ (PSD)** – No que diz respeito ao Relatório de Contas referente a 2025, o PSD irá votar contra pelas razões que passamos a expor: Naturalmente que não são as contas que estão em causa, mas sim o facto de não concordarmos com algumas opções do executivo em funções em determinadas matérias, uma vez como fica patente pelos resultados apresentados no relatório era possível ter acomodado a devolução de parte do IRS aos Gondomarense, conforme o PSD pretendia. Dado que a receita em impostos aumentou em 2025, cerca de 6 milhões de euros face a 2024 e sendo que essa receita é paga diretamente pelos contribuintes Gondomarenses, seria mais que justo que tal acontecesse. Também gostaria de salientar que não são só os ricos e a classe média que paga IRS, como já ouvi aqui. Atualmente em 2026 quem tem um ordenado de 1030 euros já paga IRS. Tendo em conta o aumento dos combustíveis, o aumento dos produtos alimentares, o preço das rendas e das casas, acho que todos nós temos de concordar que não são tempos fáceis para as famílias financeiramente e recordo que quando esta Câmara teve problemas financeiros em 2017, decidiu onerar os Gondomarenses com o aumento de um imposto o IMI, por isso, não se compreende a falta de solidariedade desta Câmara para com os seus munícipes nesta matéria quando se diz estável. Preocupa-nos também a descida do valor da Derrama, em cerca de 1 milhão, no sentido em que demonstra a necessidade urgente de uma verdadeira e real aposta no tecido empresarial em Gondomar. Preocupa-nos também o elevado número de pendências judiciais que ascendem os 15 milhões de euros, bem como encargos, que poderão daí advir. Por último, salienta-se no relatório a necessidade de intervenção na rede viária do Concelho, com a qual nós não poderíamos estar mais de acordo, mas recomendamos à Câmara Municipal que essa intervenção

seja rigorosa e competente, para que não aconteça o que tem vindo a acontecer em determinadas obras que passado pouco tempo estão novamente degradadas. ----------

-------- **CARLOS COSTA (IL)** – Apresentou e entregou a declaração de voto, que adiante segue. ----

-------- **LEONARDO LOPES (L)** – No contexto da discussão deste ponto, temos algumas questões que gostaríamos de colocar ao Executivo. Claro que saudamos naturalmente os pontos positivos, que foram salientados pela Senhora Vereadora e que são facilmente observados a partir dos documentos, nomeadamente o saldo positivo que transita para a gerência seguinte, o equilíbrio de contas, os investimentos na área da habitação, a taxa de execução mais alto do que foi proposto. Em relação a pontos menos positivos e cabe também à Assembleia Municipal fiscalizar, ou pelo menos questionar, gostaria de fazer algumas observações. Se é verdade que no agregado a taxa de execução é alta, também é verdade que esconde algumas discrepâncias, como quando olhamos por exemplo para as rubricas do clima, verificamos que a execução da estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas não passou dos zero por cento e o mesmo se verifica com a questão do orçamento participativo e da modalidade suave, o documento embora esteja mais descritivo, quanto a mim parece-me que carece de uma apreciação qualitativa mais aprofundada, isto é, eu sei onde o dinheiro foi gasto, mas não sei que benefícios trouxe às pessoas e o que ficou por fazer por falta de recursos, por falta de tempo e por falta de verbas. De que forma beneficiam os Gondomarenses com o dinheiro que foi gasto em 2025, talvez fosse importante ter estes resultados mais bem definidos. Pergunto também o valor de execução tão baixo nas feiras e mercados, pergunto também se há um risco de pressão na tesouraria no médio prazo uma vez que o relatório dá um sinal de vigilância. A liquidez baixa, em 2024 baixa para 111,65 % e o texto refere" alguma dificuldade em manter os níveis observados em exercícios anteriores" e por último perguntava também qual a estratégia financeira para 2026/2030 para sustentar o investimento municipal quando as verbas do PRR cessarem, incluindo as metas de receita, dívidas e prioridades de despesa. ----------

-------- **ARMÉNIO MARTINS (PS)** – A diminuição da receita da Derrama, não quer dizer que a atividade económica do Concelho tenha diminuído, porque há muitas pequenas e médias empresas, empresários em nome individual que não pagam derrama, portanto pode haver menos empresas a pagar derrama e mais empresários em nome individual, ou pequenas

empresas que não pagam derrama, isso não é indicador. Hoje estamos apenas a apreciar um documento técnico, com um conjunto de mapas contabilísticos, estamos a avaliar a forma como o Município foi governado, a seriedade com que os recursos públicos foram administrados e executados, vem com a capacidade de administrar contas equilibradas em respostas concretas para a população. O que este relatório nos mostra, é claro, Gondomar apresenta contas sólidas, uma gestão responsável e uma estratégia assente no rigor e no investimento com sentido público. Primeiro argumento de relevo, rigor na gestão e elevada execução orçamental, o município regista uma receita total de 136,5 milhões de euros e uma despesa total de 136,3 milhões de euros, encerrando o exercício económico com um saldo positivo superior a dois milhões de euros. Isto demonstra que houve controle, planeamento, capacidade de concretização e rigor. Mais do que prever, o Município executou 91,42% da receita e 91,2 da despesa, isto significa que o orçamento não foi uma peça de intenção política, foi um instrumento real de governação com metas cumpridas e gestão credível e real. Segundo argumento, redução da pressão da dívida e robustez financeira do município. Gondomar apresenta uma autonomia financeira de 73,56% e liquidez superior a 100 por cento. Estes indicadores revelam uma autarquia financeiramente estável com capacidade para honrar os seus compromissos e com forte base de recursos próprios. Além disso o município manteve uma trajetória no controle do endividamento ficando abaixo do limite legal e assegurando uma margem de endividamento superior a 23 milhões. Eu já fui vereador neste município, num executivo presidido pelo PSD, em que a capacidade de endividamento era nula, foi preciso contrair um empréstimo bancário com a hipoteca das rendas dos conjuntos habitacionais do Concelho para poder pagar dívidas. Dirão alguns, mas ficaram as obras, mas também ficaram as dívidas para o PS pagar. Não existem pagamentos altos em atraso, ou seja, estamos perante um município que gere bem e preserva a sua credibilidade financeira e institucional. Terceiro argumento, contas certas colocadas ao serviço do investimento e das pessoas. Este argumento é talvez o mais importante do ponto de vista político, estas contas não existem por si mesmo, existem sim para servir a população. A boa gestão financeira permitiu gerar poupança corrente superior a 12,4 milhões de euros e sustentar investimentos em áreas essenciais, tanto com recursos próprios como com candidaturas a fundos europeus. O relatório evidencia intervenções

em escolas, centros de saúde, habitação, rede viária e equipamentos municipais. Estes empreendimentos mostram como o equilíbrio financeiro não foi alcançado à custa da inação do executivo, pelo contrário, foi precisamente esse equilíbrio que tornou possível investir mais e responder melhor nas áreas que mais pesam na vida das famílias. Este relatório prova que Gondomar foi governado com responsabilidade, visão, competência, prova que é possível ter contas certas, sem abdicar da ambição política, prova que é possível reduzir a pressão financeira, manter estabilidade, cumprir compromissos e ao mesmo tempo investir naquilo que realmente importa, por isso a melhor forma de olhar para estas contas é esta, não são apenas contas matemáticas, porque essa é uma ciência exata, são contas equilibradas, são contas que reforçam a confiança no presente e que preparam o futuro do Concelho. Por tudo o que referi estas contas, devem e merecem ser aprovadas. ----------

-------- **ISABEL NOGUEIRA (CDU)** – Leu e entregou declaração de voto, que adiante segue. ---------

--------- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Só para clarificar de modo sucinto as principais apostas do Município no ano de 2025. Quero referir-me a despesa de capital, ao investimento, para onde é que foram um conjunto de verbas e quais foram as apostas que o município fez. A principal aposta feita em 2025 foi a habitação acessível, porque o município de Gondomar pôs em marcha todas as empreitadas que podia pôr em marcha, todos os projetos que tinha, foram colocados em marcha, sem terem a aprovação do IRU. A Câmara Municipal viu os seus projetos atrasados vários anos por ineficácia grave do Governo Central, designadamente do IRU, essa realidade atrasou não só em Gondomar, mas no país inteiro e daqui a uns meses vamos assistir às consequências disso, que perdermos fundos do PRR à conta dessa brincadeira, que foi o IRU ter milhares de candidaturas de todos os municípios e não se pronunciar acerca delas. Eu a dada altura tive de tomar uma decisão, que foi a de avançar sem saber se íamos ou não ter aprovação e fiz isso com todos os projetos, foi um risco que assumi na altura e há data de hoje todos os projetos já estão a nascer, nós este ano já pagamos três milhões para essas obras mas o investimento são cerca de quinze milhões em habitação acessível, essa foi a principal aposta do ano 2025, correndo um risco elevado, não sabíamos qual ia ser a resposta do IRU, se iam ou não ser aprovados os nossos projetos que depois acabaram por vir a ser aprovados tardiamente, é fácil encontrar muitos municípios onde isso não aconteceu e não vão conseguir ter

financiamento nenhum ao abrigo do PRR, nós ainda vamos ter alguns dos nossos empreendimentos financiados a cem por cento. Os Centros de Saúde, também tivemos uma aposta muito grande, Braz Oleiro, Valbom, Rio Tinto, Fânzeres, Gondomar, são obras que algumas ainda estão em andamento, nalguns desses projetos tivemos que fazer correções, mas essa foi outra grande aposta na saúde pública que vai continuar e depois também temos obras a decorrer, bem visíveis no nosso parque escolar, continuamos com obras no nosso parque escolar, Vale Ferreiros, escola da Lagoa, em Sante, na Lomba e uma série de intervenções em vários estabelecimentos. Nas piscinas municipais, também tivemos a remodelação de várias piscinas no ano de 2025. O que é que vai acontecer, depois deste quadro comunitário, depois do PRR, vamos ter de cumprir o 2030 e já estamos a trabalhar no próximo quadro comunitário, já está a ser trabalhado em sede da Área Metropolitana do Porto e obviamente Gondomar está a acompanhar essa negociação. Contudo, em termos de financiamento comunitário é uma reflexão nacional, porventura no próximo quadro comunitário as previsões que temos são de uma descida de cerca de 15% nas verbas para o país inteiro, como contributo da União Europeia. É uma reflexão que temos de fazer para as próximas décadas, como é que o país se vai arranjar sem este envelope financeiro que nos chega regularmente da União Europeia, é uma reflexão que o país tem de fazer. Neste momento as regras são estas, e obviamente os municípios colocam a sua estratégica a curto prazo pensando nos próximos quadros comunitários de apoio, contando com os menos 15%, segundo as previsões que têm sido publicadas. Em termos de qualidade de vida, é curioso que Gondomar apareceu há dias num índice de qualidade de vida mundial, ficou entre as duzentas cidades mundiais. Foi uma entidade internacional que promoveu esse estudo, não foi a Câmara que moveu influências para que isso acontecesse. Foi noticiado nos órgãos de comunicação social. Pelo trabalho que foi feito nos últimos anos, Gondomar apresenta uma assinalável qualidade de vida para os seus habitantes e sim nós queremos mais investimento, mais emprego, mais empresas em Gondomar e este executivo vai trabalhar para que isso aconteça, porque eu também partilho dessa opinião. Gondomar tem de se afirmar nessa matéria e tudo faremos para que isso aconteça e muito em breve teremos medidas que também já estão a ser pensadas relativamente a essa matéria. Quanto ao passado mineiro, foi este executivo que promoveu uma intervenção no Cavalete de S. Vicente, que

recuperou aquela estrutura, reconhecendo o seu valor patrimonial, é edifício de interesse público, já aprovamos um primeiro projeto de recuperação do complexo mineiro que está neste momento a ser revisto na CCDR com a cultura, se há executivo que se preocupou com o complexo mineiro, foi justamente este executivo e sim, vamos avançar com a recuperação do complexo mineiro de S. Pedro da Cova, porque se trata de património que faz parte da memória gondomarense e além do mais pode ser um instrumento muito importante para o turismo industrial e turismo natureza, que é um ponto forte do nosso Concelho. ----------

-------- **VOTAÇÃO – Ponto 3.1** – Relatório de gestão e documentos de prestação de contas de 2025: **Aprovada por maioria**, com 12 votos contra (8 PSD + 2 CDU + 2 IL), 9 abstenções (2 Presidentes de Junta de Freguesia de Foz do Sousa e Covelo e da Lomba + 6 CH + 1 L) e 19 votos a favor (PS). ----------

-------- Pelos Grupos Municipais do PSD (documento não entregue), da CDU e da IL, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem. ----------

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Gondomar – 29 de abril de 2026

Período da Ordem do Dia – Ponto 3.1 – Relatório de gestão e documentos de prestação de contas de 2025

CDU – ***Declaração de Voto***

Os eleitos da CDU procederem à análise do Relatório de Gestão e Prestação de Contas 2025 e consideram que:

Num município como Gondomar, cuja dimensão e cujo orçamento são já muito significativos, ter uma execução orçamental que ronda os 90% significa deixar muito por concretizar. Algumas das áreas executaram apenas 50% do orçamento – e não são de menor importância para os munícipes, falamos por exemplo do Planeamento e Desenvolvimento Estratégico ou da Modernização e Atendimento.

Gondomar tem aumentado gradualmente o volume orçamental, cada ano que passa movimenta mais verbas. No entanto estas são verbas enganadoras, engordam o orçamento, mas não beneficiam o município, são verbas "de passagem", alocadas essencialmente a despesas correntes, que resultam do crescente encargo com novas concessões e competências e que não representam uma aposta no desenvolvimento e no futuro do concelho.

Se por um lado o município aliena serviços municipais - como a recolha do lixo ou a distribuição de água e saneamento, por outro lado acolhe transferências em áreas como a Saúde e a Educação, funções sociais do Estado, que deveriam manter-se a nível do Poder Central.

Para a CDU um Relatório de Gestão não é um documento administrativo, é um documento político. Este reflete o Orçamento anteriormente apresentado – contabilisticamente muito organizado, politicamente muito pouco ambicioso. Não há uma aposta consciente na qualificação nas zonas balneares ou na frente ribeirinha do Douro, há uma falta de capacidade reivindicativa junto do poder central para investimentos estruturantes na valorização dos recursos hídricos ou no Parque de Serras do Porto, na incapacidade de concretizar a eterna promessa do Metro em S Cosme e Valbom, na incapacidade de promover as tradições de Gondomar como elemento diferenciador do concelho - não só a filigrana, mas também por exemplo, o seu passado mineiro. Este relatório espelha uma gestão corrente, afastada da lógica de uma gestão orientada para o futuro, com projetos estruturantes que promovam um crescimento e desenvolvimento sustentável do concelho.

Em resultado desta análise e em coerência com a posição assumida na votação do Orçamento, os eleitos da CDU irão votar contra este Relatório de Gestão e Prestação de Contas.

Gondomar, 29 de abril de 2026

O Grupo Municipal da CDU,

Paulo Silva

Isabel Nogueira

Declaração de voto

3.1 – Relatório de gestão e documentos de prestação de contas de 2025

Importa, desde logo, começar por um ponto que, para nós, é muito claro: sendo verdade que este relatório remete para o ano de 2025, marcado pelas Eleições Autárquicas e, como tal, com o presente Executivo apenas ter responsabilidades no último trimestre do mesmo, não podemos esquecer que não apenas a cor política do Executivo é a mesma, como também, para todos os efeitos, quem o preside teve responsabilidades diretas na prossecução da estratégia – ou falta dela – ao longo de todo o ano. Feito este introito, façamos a análise que se impõe.

Há, no essencial, duas formas de ler o documento que nos é apresentado.

Se olhássemos para Gondomar com os olhos do Partido Socialista – ou seja, com o olhar de quem acredita que pouco ou nada precisa de mudar, que está tudo bem como está, que não é preciso maior dinamismo económico nem mais atração de investimento privado, e que basta engordar a despesa corrente da Câmara e ir reservando obra para o calendário eleitoral –, então, é forçoso admiti-lo, estes resultados são fantásticos.

Dois milhões de euros de resultado líquido positivo, um crescimento de 23,15 % face ao exercício anterior. Uma execução orçamental próxima dos 90 %. Uma coleta de impostos bastante simpática – mesmo perante a microscópica descida do IMI, descida tão microscópica que a respetiva receita, longe de cair, subiu mais de um milhão de euros. Um IMT que escalou em mais de seis milhões. E, em jeito de chave de ouro, uma margem de endividamento que se aproxima dos 94 milhões de euros, folgada, robusta, prontíssima a ser convertida em obra para o eleitor ver em 2029.

Para quem governa por inércia, é um retrato confortável. Para quem confunde "gerir bem" com "gastar muito", há aqui matéria para celebração. Para quem se basta em ser minimamente competente na contabilidade, este relatório vai direto para o palco da campanha.

Sucede que a Iniciativa Liberal não olha para Gondomar assim. A Iniciativa Liberal olha para Gondomar com os olhos de quem acredita que um município é muito mais do que uma máquina administrativa de redistribuir impostos: é um território com gente, com empresas, com famílias e com potencial — e, sobretudo, com responsabilidades que vão muito além da execução orçamental e da "inauguração de rotundas".

E, lidos com esses olhos, exatamente os mesmos números contam outra história. Reconhecemos, sem hesitação e sem reservas, o mérito existente na trajetória de redução da dívida total do Município, que se fixou em 51,9 milhões de euros em dezembro de 2025. É um caminho que merece, e tem, o nosso reconhecimento expresso.

Tudo o resto, porém, é – para citar um ex-secretário geral do Partido Socialista – *poucochinho*.

Poucochinho na visão estratégica para o concelho. O relatório é generoso em rubricas e silencioso em estratégia. Onde está o plano sério de captação de investimento privado? Que política fiscal autárquica foi efetivamente pensada para tornar Gondomar um território competitivo e atrativo, e não apenas mais um concorrente passivo na corrida ao IMT da Área Metropolitana do Porto? Onde está o esforço estruturado para reduzir a dependência das transferências correntes, que ainda assim representam 36,21 % do total – 49,4 milhões de euros que vêm de fora e que mantêm o Município numa posição de fragilidade orçamental sempre que a conjuntura aperta?

Poucochinho – e este é talvez o ponto politicamente mais grave – no dinamismo económico do concelho. Há dois sinais inequívocos neste relatório que, lidos em conjunto, atestam aquilo que cumpre dizer com toda a clareza: Gondomar não está a crescer; Gondomar está, no melhor dos cenários, a aguentar-se.

O primeiro sinal é a Derrama. A receita de Derrama caiu, em 2025, cerca de 600 mil euros – e fá-lo, recorde-se, em continuidade com uma tendência decrescente que não é deste exercício, é estrutural, vem-se prolongando ao longo dos últimos anos. Ora, a Derrama é o termómetro mais direto e mais honesto do tecido empresarial local. Quando a Derrama baixa de forma persistente, não há nisto ocasião de comemoração: há sinal de que se está a perder massa empresarial, ou que a massa que se mantém está a faturar menos, a investir menos, a contratar menos. É, em linguagem crua, sinal de um concelho economicamente parado.

O segundo sinal é o IMT – e aqui o exercício analítico, exige-se, tem de ser feito com honestidade intelectual. O IMT subiu mais de seis milhões de euros, é verdade. Mas a pergunta que o Executivo não faz é: por que motivo subiu? Subiu porque há, em Gondomar, um surto de novas empresas a adquirir imóveis para se instalarem? Subiu porque há um boom de investimento empresarial atraído por uma estratégia ousada de captação? Subiu porque o concelho se tornou repentinamente um polo económico apetecível? Não. Subiu, no essencial, porque os preços da habitação em Gondomar foram, nos últimos anos, dos que mais cresceram, não apenas na Área Metropolitana do Porto, mas no país.

E por que motivo cresceram os preços de forma tão anómala? Não cresceram por excesso de procura espontânea, cresceram por escassez induzida. Cresceram porque o urbanismo deste Município se encontra num estado calamitoso: licenciamentos arrastados durante anos, planos diretores desatualizados, processos administrativos eternos, pareceres que se acumulam em gavetas, projetos paralisados sem desfecho. Quando a oferta de habitação não responde, os preços disparam. E quando os preços disparam, a Câmara, mecanicamente, arrecada mais IMT.

Eis o resultado: esta receita acrescida de IMT, que nas mãos de outros executivos poderia ser a prova de pujança económica, em Gondomar é exatamente o oposto. É o testemunho contabilístico da incompetência do Executivo. É a Câmara a beneficiar financeiramente do problema que ela própria, pela sua passividade urbanística, ajudou a criar – e a fazê-lo, sublinhe-se, à custa do esforço financeiro das famílias deste concelho, que tentam comprar casa onde nasceram e onde querem viver. Há aqui um cinismo orçamental que não pode, em consciência, passar em claro nesta Assembleia.

Poucochinho na ambição fiscal. A descida do IMI foi, conforme *supra* aludido, microscópica. Tão microscópica que a receita não diminuiu, aumentou mais de um milhão de euros. Em Gondomar, paradoxalmente, "baixar o IMI" foi uma operação que rendeu mais ao Município. Convenhamos: chamar a isto alívio fiscal é um exercício de criatividade contabilística, não uma política séria de devolução aos contribuintes. O Executivo dispunha – e dispõe – de margem orçamental para uma política fiscal autárquica verdadeiramente competitiva, capaz de devolver poder de compra às famílias e capacidade de investimento às empresas. Optou pelo gesto cosmético.

Poucochinho na qualidade da despesa. Apresentar resultados positivos é bom. Mas apresentar resultados positivos com a esmagadora maioria da despesa absorvida pela despesa corrente significa, na prática, que a Câmara está a engordar a sua própria máquina em detrimento do investimento estruturante, da infraestrutura económica e do apoio efetivo ao tecido produtivo. Em linguagem clara: está a gerir-se bem o presente à custa do futuro.

Poucochinho, finalmente, no uso da margem de endividamento. Reconhecemos o mérito, porque assim é justo fazê-lo, da redução da dívida. Mas reconhecer o mérito não nos impede de ver que essa folga financeira de quase 94 milhões de euros é uma oportunidade histórica que pode ser desbaratada das duas formas mais previsíveis da política autárquica portuguesa: ou ficar parada, por timidez gestionária; ou ser convertida, à medida que se aproxima o ato eleitoral de 2029, num festival de obra avulsa, descoordenada, sem retorno económico mensurável e desligada de qualquer visão integrada para o concelho.

Posto isto, este relatório, lido com os olhos do Partido Socialista, é um relatório de sucesso. Lido com os olhos da Iniciativa Liberal, é um relatório de oportunidades adiadas – e, no capítulo do dinamismo económico, é mesmo um relatório de fracasso disfarçado de êxito orçamental.

Fica-nos o dever de exigir mais. Mais rigor na despesa corrente. Mais ambição fiscal. Mais visão estratégica. Mais investimento privado atraído. Um urbanismo que funcione, que liberte oferta, que respeite quem investe e quem precisa de habitação. E mais devolução, aos contribuintes deste concelho, daquilo que lhes é cobrado em excesso.

Gondomar merece mais do que ser bem gerido na contabilidade. Gondomar merece ser bem governado na visão.

Assim, a Iniciativa Liberal vota **CONTRA** este ponto.

Gondomar, 29 de abril de 2026

O Grupo Municipal da Iniciativa Liberal,

Carlos Eduardo Costa

Bárbara Carqueja

-------- **3.2 - STCP Serviços - Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda. – Contrato de sociedade – Alteração aos estatutos;** ----------

-------- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – A STCP Serviços, é uma sociedade subsidiária da STCP Transportes Coletivos do Porto. A STCP Serviços, até há cerca de um ano não tinha atividade nenhuma, não existia. Na altura o Presidente Rui Moreira, entendeu recuperar esta Sociedade para tratar de assuntos relacionados com a mobilidade no Município do Porto, tendo aberto a possibilidade de quaisquer outros municípios da Área Metropolitana se quisessem, aproveitarem os serviços dessa entidade no que dissesse respeito a estacionamento público, para fiscalizar o estacionamento, podia qualquer outro município aderir aos serviços dessa entidade. Na altura também veio à Assembleia Municipal uma proposta relacionada com esse tema, não é vontade do Município de Gondomar aderir a essa sociedade exterior. O que trazemos aqui hoje é uma proposta de alteração dos estatutos da STCP Serviços, que sendo uma sociedade subsidiada, onde o Município de Gondomar tem participações sociais, essa alteração tem de ser votada neste órgão e essa alteração diz respeito a essa proposta do Presidente Rui Moreira e agora o Presidente Pedro Duarte mantém, que é de aproveitar esse veículo para tratar da mobilidade dentro da cidade do Porto. Também devo dar nota do seguinte, apesar desse assunto não estar aqui em discussão a intenção do Município do Porto é comprar as participações de outros municípios na STCP Serviços. Na minha opinião não faz sentido Gondomar ter participações sociais numa sociedade que hoje destina-se essencialmente a assuntos ligados com a mobilidade dentro da cidade do Porto. A proposta que se traz é de alterar os estatutos e adivinho que em breve o Município do Porto se proponha a adquirir as participações sociais. Também devo dar nota que essa proposta será apresentada nas Assembleias municipais dos Municípios que têm participação. ----------

-------- **VOTAÇÃO: Aprovada por maioria**, com 2 votos contra (CDU), 7 abstenções (6 CH + 1 L) e 31 votos a favor (19 PS + 10 PSD + 2 IL) ----------

-------- Pelo Grupo Municipal da CDU e pelo Deputado Municipal do L (documento não entregue), foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem. ----------

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Gondomar – 29 de abril de 2026

Período da Ordem do Dia – Ponto 3.2 – STCP Serviços - Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda. – Contrato de sociedade – Alteração de estatutos;

CDU – ***Declaração de Voto***

Tendo em conta a nossa proposta sobre o papel da STCP na região e da reflexão já realizada aquando da votação na cidade do Porto, entendemos que a presente proposta não segue o caminho que consideramos adequado para reforçar um operador público integrado e com capacidade de intervenção na Área Metropolitana do Porto, baseando-nos nas seguintes considerações:

1. A STCP Serviços já existe e concentra hoje competências ligadas a áreas como parques, terminais, estacionamento e outras dimensões instrumentais, bem como matérias de estudo e planeamento no domínio da mobilidade.
2. O problema está em que esta opção, em vez de apontar para uma visão integrada com papel central do operador público, aprofunda uma lógica de separação e compartimentação de funções, num caminho diferente do que precisamos para tornar a STCP operador interno da Área Metropolitana do Porto
3. Não se trata de dizer que a STCP Serviços é a STCP, nem de confundir a empresa existente com a operação de transporte público. Trata-se de sublinhar que, também nestas áreas instrumentais e de suporte, o caminho seguido não é o do reforço da STCP, dos seus meios, equipamentos e capacidade operacional, mas antes o da segmentação de parcelas do sistema em estruturas próprias. É essa a questão política de fundo que importa assinalar.
4. Mesmo quando apresentadas como soluções operacionais ou instrumentais, estas opções vão no sentido da fragmentação de competências e não do reforço articulado do serviço público. Em vez de fortalecerem os operadores públicos, tendem a enfraquecer a sua capacidade integrada de intervenção como aconteceu com o sector ferroviário com o desmembrar da CP, em parte já revertido com o regresso da EMEF novamente à

CP.

Por estes motivos apresentados, votamos **contra**.

Gondomar, 29 de abril de 2026

O Grupo Municipal da CDU,

Paula Silva

Isabel Nogueira

-------- **3.3 - Aprovação da composição do júri do procedimento concursal para titular de cargo de direção superior de 1.º Grau – Diretor Municipal da Presidência;** ----------

-------- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que os pontos 3.3 e 3.4, fossem discutidos em conjunto e votados separadamente, o qual foi aceite por todos. ----------

--------- **VOTAÇÃO: Aprovada por maioria**, com 20 abstenções (10 PSD + 6 CH + 2 CDU + 2 IL) e 20 votos a favor (19 PS + 1 L). ----------

-------- Pelo Grupo Municipal da IL, foi apresentada a declaração de voto, que adiante segue. -----

-------- **3.4 - Aprovação da composição do júri do procedimento concursal para titular de cargo de direção intermédia de 1.º Grau – Diretor de Departamento de Urbanismo;** ----------

--------- **VOTAÇÃO: Aprovada por maioria**, com 20 abstenções (10 PSD + 6 CH + 2 CDU + 2 IL) e 20 votos a favor (19 PS + 1 L). ----------

-------- Pelo Grupo Municipal da IL, foi apresentada a declaração de voto, que adiante segue. -----

Declaração de voto

3.3 – Aprovação da composição do júri do procedimento concursal para titular de cargo de direção superior de 1.º Grau - Diretor Municipal da Presidência

3.4 - Aprovação da composição do júri do procedimento concursal para titular de cargo de direção intermédia de 1.º Grau - Diretor de Departamento de Urbanismo

A Iniciativa Liberal tem, de base, uma posição clara de oposição no que à estrutura orgânica do Município, que passou a vigorar no mandato anterior e que, ao que tudo indica, irá manter-se operante – ou inoperante, no caso – no presente mandato.

Contudo, essa é a posição política quanto a uma questão primordial que é estratégica. Tudo o demais mais não são do que meras formalidades administrativas com as quais, salvo as devidas cautelas a avaliar caso a caso, não merecem nem uma concordância clara, mas muito menos uma discordância ostensiva.

Neste cenário, a Iniciativa Liberal **ABSTÉM-SE** nas propostas assinaladas em epígrafe.

Gondomar, 29 de abril de 2026

O Grupo Municipal da Iniciativa Liberal,

Bárbara Carqueja

Carlos Eduardo Costa

--------- **3.5 - Conselho Municipal de Saúde de Gondomar – Alteração ao Regimento.** ----------

-------- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Esta alteração diz respeito apenas a uma proposta de inclusão de um representante. ----------

-------- **BARBARA CARQUEJA (IL)** – Relativamente a este ponto, gostaríamos de colocar à consideração do Executivo uma sugestão. À semelhança do que acontece noutros conselhos municipais, parece-nos fazer todo o sentido que as forças políticas com representação nesta Assembleia possam integrar este órgão na qualidade de observadores. Trata-se de uma questão de transparência, de acompanhamento e de reforço da participação democrática, permitindo um maior envolvimento institucional num tema de clara relevância para o concelho. Fica, por isso, a sugestão para que esta possibilidade possa ser equacionada. ----------

-------- **LÚCIA SANTOS (PSD)** – Quero reforçar o que disse aqui a colega anterior, que também é partilhada pelo PSD e queria dizer que a saúde, um tema que aqui hoje já foi abordado várias vezes, é uma das principais preocupações dos gondomarenses. Existem dificuldades no acesso, desde falta de médicos de família, até aos tempos de espera num contexto de crescente exigência destes serviços. É por isso que estruturas como o Conselho Municipal de Saúde são fundamentais, pela articulação que permitem e pela capacidade de dar respostas às necessidades reais da população. Relativamente à proposta de alteração ao regimento e reconstituição deste conselho, o Partido Social Democrata, manifesta-se claramente favorável, trata-se de uma medida necessária, adequada ao novo mandato, importante para reforçar a coordenação entre entidades, nomeadamente na área da saúde pública. Ainda assim não podemos deixar de referir que esta decisão peca por tardia. A sua importância justificava uma concretização mais célere, sobretudo num setor onde o tempo faz muita diferença, mas mais importante que o atraso é garantir que a partir de agora este conselho funcione de forma ativa e eficaz e com impacto real na melhoria das respostas da saúde no concelho. É nesse espírito que reiteramos o nosso apoio. ----------

-------- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Quanto à proposta ser tardia, a composição dos Conselhos Municipais é um resultado da lei, mesmo o que estamos a propor não está previsto na lei, nós entendemos que deve ser assim, nós estamos a avançar, o que estamos a propor relativamente à saúde pública não está lá. Quanto aos representantes dos outros partidos, julgo

que deve ser proposto no próximo conselho. Porque estarmos nós aqui a assumir propostas, de um órgão que é coletivo e é lá que as questões devem ser levantadas. ----------

--------**VOTAÇÃO: Aprovada por maioria**, com 6 abstenções (CH) e 34 votos a favor (19 PS + 10 PSD + 2 CDU + 2 IL + 1 L). ----------

-------- **4 - Designação do(s) representante(s) das freguesias do Concelho para integrar na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais.** ----------

--------- Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, foi apresentada à Mesa a proposta, que adiante segue, que indica o Senhor Manuel José Santos Paiva, Presidente da Junta de Freguesia de Melres e Medas e a Senhora Francisca Gomes de Castro, Presidente da Junta de Freguesia de Foz do Sousa e Covelo, que **posta à votação, por escrutínio secreto**, obteve o seguinte resultado:

-------- SIM – **37** ----------

-------- NÃO – **0** ----------

-------- BRANCOS – **2** ----------

-------- NULOS – **1** ----------

PROPOSTA

CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE REVISÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do Regimento, vem a presente proposta submeter à consideração da Assembleia Municipal a criação de uma Comissão de Revisão do Regimento da Assembleia Municipal, conforme deliberado em reunião de líderes realizada em 23 de fevereiro de 2026, com efeitos a partir de 09 de abril de 2026.

A referida Comissão será constituída pela Mesa da Assembleia Municipal e por um representante de cada partido com assento neste órgão, prevendo-se a possibilidade de substituição dos respetivos representantes, a designar:

Presidente – Manuel António da Silva Pereira

1.ª Secretária – Carla Isabel Pinto Ferreira

2.º Secretário – Fernando Alício Barreira Morais

PS – João Pedro Serra Soares Forte

PSD – Bruno Filipe Carvalho Soares

CH – Vasco Filipe de Carvalho Santa Rita

CDU – Maria de Fátima Almeida Pinto

IL – Carlos Eduardo Aranha e Costa

L – Ana Filipa Gomes de Almeida

Gondomar, 24 de abril de 2026

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(Dr. Manuel António da Silva Pereira)

--------**5 - Informação do Presidente da Câmara – Alíneas b) e c), do n.º 2, do artigo 25.º, conjugado com o n.º 4, do artigo 35.º, do Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (dezembro de 2025 e janeiro a março de 2016) – Para conhecimento.** ----------

-------- A Assembleia **tomou conhecimento.** ----------

-------- A sessão foi encerrada às 00 horas e 30 minutos, do dia 30 de abril de 2026. ----------

O PRESIDENTE DA MESA,

O PRIMEIRO SECRETÁRIO,